

Mobilidade Social no Brasil:

*Uma análise da primeira geração
de beneficiários do
Programa Bolsa Família*

Junho de 2023

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social – Imds

DIRETOR-PRESIDENTE

Paulo Tafner

DIRETOR DE PESQUISAS

Sergio Guimarães Ferreira

COORDENADORA DE PROJETOS

Giovanna Ribeiro

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Carolina Roiter

Elaboração de conteúdo

Imds:

Giovanna Ribeiro

Paulo Tafner

Sergio Guimarães

Oppen Social:

Eloah Fassarella

Samuel Franco

Pesquisadores Associados:

Valdemar Neto (FGV EPGE)

Vinícius Schuabb (Università Bocconi)

Artigo No. 05 (AR-IMDS-05-2023)

Junho de 2023

Rio de Janeiro, RJ

www.imdsbrasil.org

Mobilidade Social no Brasil:

Uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família

Resumo

Esta pesquisa investiga indicadores sugestivos de mobilidade social na base da pirâmide social brasileira e seus determinantes após a implementação do programa Bolsa Família (PBF). Focamos na coorte de dependentes com idade entre 7 e 16 anos em dezembro de 2005, que são acompanhados ao longo de mais de uma década, até 2019. A partir de dados administrativos, analisamos dois principais indicadores, a saber: (i) emancipação futura de programas sociais do governo federal e (ii) entrada no mercado formal de trabalho. Os resultados mostram que no ano de 2019, 20% desses dependentes do PBF em 2005, então com idade entre 21 e 30 anos, permaneciam como beneficiários do programa, enquanto 64% encontravam-se fora do Cadastro Único. Da mesma forma, 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019. Esses resultados são indicativos de uma relativa mobilidade social na base da distribuição de renda do Brasil para os beneficiários do PBF. Ainda são avaliadas a qualidade do emprego formal ao qual esse grupo se insere, comparado com a média de não beneficiários do PBF no período, e outros indicadores sugestivos de mobilidade social. Todos sugerem uma significativa melhora socioeconômica desses que eram beneficiários do PBF em 2005. Adicionalmente, buscou-se compreender a associação entre variáveis demográficas e socioeconômicas dos municípios com os indicadores sugestivos de mobilidade social. Os resultados apontam grandes diferenças regionais no Brasil, sendo a região Nordeste a que apresenta menor mobilidade. Em consonância, estima-se que melhores estruturas de saúde e educação são importantes fatores para maior mobilidade social dos indivíduos nos municípios, assim como decisões de migração dos indivíduos para regiões de melhores indicadores desses grupos.

1 Introdução

No ano de 2019, aproximadamente 13 milhões de famílias brasileiras eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Um dos maiores e mais bem-sucedidos programas de transferência de renda do mundo, o PBF se destacou pela sua capacidade de focalização com relativo baixo custo orçamentário, sendo assim importante política para a redução da pobreza e extrema pobreza no Brasil nas últimas décadas Souza et al. (2019).

De fato, diversos estudos evidenciam que programas de transferência condicional de renda (PTCR), aos moldes do PBF, são bem sucedidos em reduzir a pobreza e induzir a melhorias em saúde e educação (Fietz et al., 2021; Bastagli et al., 2019; Fiszbein et al., 2009), levando a uma redução da desigualdade social. O mesmo sendo observado para avaliações do PBF ao longo dos anos (Campello and Neri, 2013; Souza et al., 2019; Silva, 2018). É, no entanto, no período recente, quase duas décadas após a implementação do PBF em 2003, que se torna possível avaliar empiricamente os resultados do PBF no longo prazo (Millán et al., 2019). Mais especificamente, se os beneficiários foram capazes de ascender socialmente ao superarem um ciclo vicioso da pobreza (Nurkse, 1953) e, assim, deixando de depender do sistema de bem-estar social (Torgovitsky, 2019; Chay et al., 1999; Card and Hyslop, 2005).

Este estudo é um dos primeiros a analisar indicadores de mobilidade social dos beneficiários do PBF ao longo de mais de uma década. Para tanto, acompanhamos a coorte de dependentes beneficiários do PBF com idade entre 7 e 16 anos em dezembro de 2005¹ ao longo de mais de uma década, até 2019. Os dois indicadores sugestivos de mobilidade social dos indivíduos analisados são a emancipação futura de programas sociais do governo federal e a entrada no mercado formal de trabalho.

Para tal, são utilizados um conjunto de dados administrativos: o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), as Folhas de Pagamentos do Programa Bolsa Família e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), além de dados socioeconômicos e demográficos em nível de municípios computados com base no Censo Demográfico e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os resultados mostram que no ano de 2019, 20% desses que eram dependentes do PBF em 2005, então com idade entre 21 e 30 anos, permaneciam como beneficiários do programa, enquanto, 64% encontravam-se fora do Cadastro Único. Ainda vemos que 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019. Adicionalmente, avaliamos a qualidade do emprego formal ao qual esse grupo se insere, quando comparado com a média de não beneficiários do PBF no período, e outros indicadores sugestivos de mobilidade social. Todos sugerem uma significativa melhora socioeconômica desses que eram beneficiários do PBF em 2005, substando a tese de uma relativa mobilidade social na base da distribuição de renda do Brasil para

¹Em 2005, a idade máxima para ser considerado dependente no PBF era de 15 anos. No entanto, o benefício só era retirado, na prática, muitas vezes quando já haviam sido completos 16 anos ao fim do período letivo. Portanto, optou-se por incluir os indivíduos com 16 anos para contemplar esse período de transição do status de dependente.

os beneficiários do PBF.

Como forma de melhor compreender os fatores associados à mobilidade social nos municípios brasileiros, ainda estimamos regressões em nível municipal. Tem-se como variável dependente a taxa de mobilidade social dos indivíduos no município, avaliada como uma probabilidade, e como fatores explicativos um conjunto de variáveis demográficas e socioeconômicas dessa divisão geográfica. Dessa forma, estima-se uma *proxy* do ambiente de acumulação de capital humano ao qual a geração que tinha entre 7 e 16 anos em 2005 foi exposta. Os resultados sugerem grandes diferenças entre as regiões do Brasil, sendo a região Nordeste a que apresenta menor indicativo de mobilidade. Em consonância, estima-se que melhores estruturas de saúde e educação são importantes fatores para maior mobilidade social dos indivíduos nos municípios. Ainda observamos o papel da migração para locais de melhores indicadores socioeconômicos desses grupos. Esses resultados contribuem para uma crescente literatura preocupada com os determinantes de mobilidade social em países em desenvolvimento (Britto et al., 2022; Sandberg, 2012).

O debate é complexo e profícuo, pois políticas de inclusão econômica dos mais pobres devem reconhecer as especificidades da “armadilha da pobreza”² e perceber que para se liberar o potencial produtivo das pessoas que vivem na pobreza se faz necessária a remoção de múltiplas restrições por meio de uma resposta multidimensional (Andrews et al., 2021). A inclusão econômica envolve a integração gradual de indivíduos e famílias em processos mais amplos de desenvolvimento econômico e comunitário, visando fortalecer sua resiliência e alavancar oportunidades futuras. É nesse sentido que programas de transferência condicional de renda podem promover mobilidade social. As regras e condicionalidades dos PTCRs abrangem uma vasta gama de requisitos que podem permitir indivíduos e famílias a superarem a pobreza de maneira sustentada, para além da renda adicional dada (Fietz et al., 2021). Assim como o PBF, a maioria dos PTCRs apresentam condicionalidades em saúde, educação e renda.

Em conformidade, Bastagli et al. (2019) e Fiszbein et al. (2009) observam em diversos contextos que PTCRs possuem significativos efeitos em reduzir a pobreza monetária e a desigualdade de renda (Soares et al., 2009); ao passo que promovem uma melhora nos indicadores de educação (García and Saavedra, 2022), saúde (Walque et al., 2017), poupança (Gertler et al., 2012), emprego e um empoderamento da população alvo (Andrews et al., 2021), dadas as suas condicionalidades. Destaca-se, também, que não são observados, em média, significativos efeitos colaterais indesejados, como desincentivo ao trabalho e um aumento de fertilidade. No longo prazo, Araujo and Macours (2021) e Oliveira and Chagas (2020) encontram efeitos positivos sobre a escolaridade e sobre a participação no mercado formal de trabalho, enquanto resultados mistos para os rendimentos, com significativas heterogeneidades de acordo com características individuais. Cabe destacar que não há na literatura atual, que seja do conhecimento dos autores, estudo que analise a mobilidade social na base da distribuição de renda do Brasil, dos beneficiários do PBF, no longo-prazo e seus determinantes em nível dos municípios. Essas são as principais contribuições deste artigo.

²do inglês, *poverty trap*; que pode ser entendido, também, como o ciclo vicioso da pobreza, como em Nurkse (1953).

A estrutura do texto segue da seguinte maneira, a seção 2 apresenta as principais questões de interesse deste estudo; a seção 3, a população de interesse; a seção 4, os dados utilizados nas análises; a seção 5, uma caracterização da população na amostra analisada; a seção 6, os indicativos de uma mobilidade social no período entre 2005 e 2019; a seção 7, apresenta comparativamente as condições do acesso ao emprego formal; a seção 8, outros indicadores que substanciam a tese de mobilidade social dos dependentes do PBF; a seção 9, os principais determinantes de mobilidade social nos municípios; a seção 10, o papel da migração; e, por fim, a seção 11, as conclusões e considerações finais desta pesquisa.

2 Questões de interesse do estudo

A mobilidade social dos indivíduos é a principal questão de interesse deste artigo. Aqui, ela é medida por dois indicadores sugestivos de mobilidade: a emancipação futura de programas sociais do governo federal, mais especificamente estar no Cadastro Único, e a entrada no mercado formal de trabalho, constar na Relação Anual de Informações Sociais.³ A Figura 1 apresenta um resumo de como esses indicadores sugestivos de mobilidade são observados. Adicionalmente, são expostas heterogeneidades advindas de características individuais, dos municípios e regiões em que os beneficiários residem.

No que se refere à emancipação dos indivíduos de programas sociais, analisamos não apenas a saída da folha de pagamentos do PBF, mas, sim, do Cadastro Único. Essa medida indica que esses indivíduos deixaram, ainda que temporariamente⁴, de atender aos requisitos estabelecidos para o CadÚnico⁵, assim, de programas sociais do governo federal que focalizam famílias pobres e extremamente pobres. Estar fora do Cadastro Único pode decorrer das seguintes razões: i) indivíduos que sendo jovens adultos têm renda superior aos limites definidos; ii) aqueles que mesmo estando dentro dos critérios não fizeram atualização cadastral; iii) aqueles que vieram a falecer no período analisado. Note que o primeiro grupo pode ser decomposto em dois subgrupos bem distintos: i) aqueles que de forma estrutural conseguiram sair da pobreza e têm baixa probabilidade de a ela voltar; ii) aqueles que estão temporariamente fora da “linha de pobreza”, mas que qualquer alteração de sua situação atual, ainda que por pouco tempo, coloca-os de volta nos critérios de elegibilidade, como, ter um filho ou perder o emprego. O primeiro subgrupo representaria o grupo de indivíduos que poderíamos denominar emancipados e a eles poderíamos designar a expressão mobilidade social. Note, porém, que com os dados disponíveis não podemos afirmar qualquer coisa a respeito, além do fato de não mais constarem no CadÚnico.

Já no que se refere à inserção dos indivíduos no mercado formal de trabalho, utilizamos a Relação

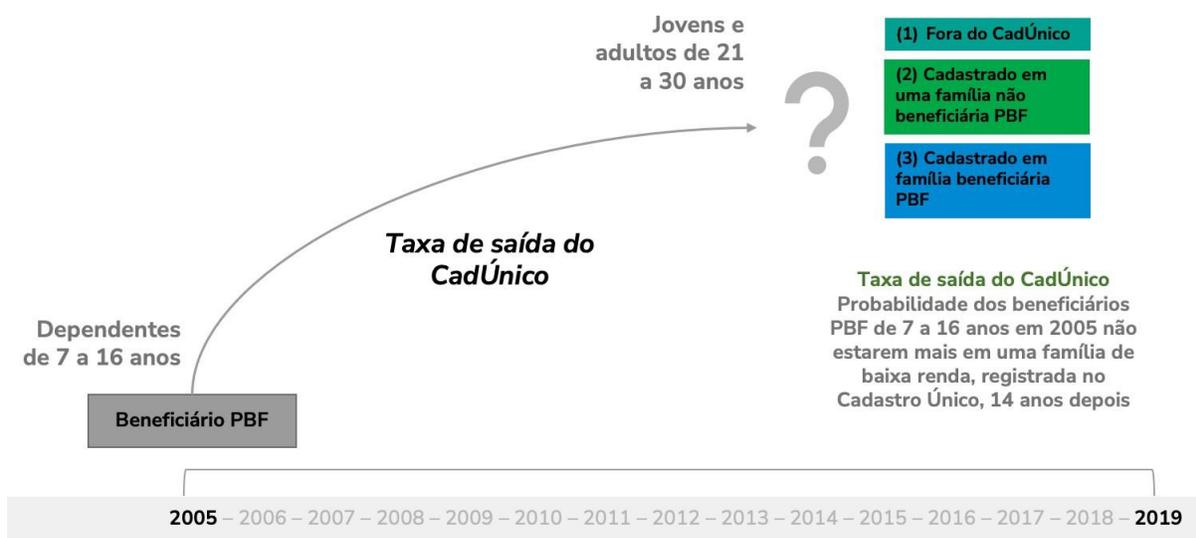
³Apesar de não serem *proxies* perfeitas para se medir mobilidade social dos beneficiários do PBF, veremos que os dados fornecem fortes indicativos de tal.

⁴Destaca-se que, desde 2009, a transferência é paga por um período mínimo de dois anos, independentemente de variações da renda da família, respeitando-se a regra de ter renda familiar inferior a meio salário mínimo por pessoa.

⁵O requisito para estar no cadastro era de possuir renda familiar inferior a meio salário mínimo por pessoa nesse período.

Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 2015 e 2019. Observamos em quais anos e por quanto tempo os indivíduos aparecem na RAIS. Assim, são analisadas três situações de acesso ao mercado formal de trabalho: i) indivíduos nunca encontrados na RAIS, ii) aqueles encontrados na RAIS por até 2 anos; iii) e aqueles encontrados na RAIS durante 3 anos ou mais. As divisões objetivam, além de avaliar o acesso ao mercado formal de trabalho, medir de forma aproximada a intensidade desse vínculo empregatício, mais ou menos forte, de acordo com a quantidade de anos em que os indivíduos foram encontrados na RAIS.

Figura 1: Questões de interesse: indicadores sugestivos de mobilidade social



(a) Taxa de saída do CadÚnico



(b) Ingresso no mercado formal de trabalho (RAIS)

Fonte: Elaboração própria.

3 População de interesse do estudo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a mobilidade social de beneficiários do Programa Bolsa Família e seus determinantes no longo-prazo. Assim, a população de interesse consiste de jovens dependentes do PBF com idade entre 7 e 16 anos quando observados na folha de pagamentos do PBF em dezembro de 2005. Esses mais de onze milhões de indivíduos são acompanhados ao longo de mais de uma década, até 2019, a fim de se observar e estimar os fatores associados à mobilidade social dos indivíduos.

3.1 O Programa Bolsa Família

Começaremos por um breve histórico do PBF ao longo do período de análise. O Programa Bolsa Família foi instituído em outubro de 2003, pela Medida Provisória nº132 (Brasil, 2003), como forma de unificar administrativamente e expandir outros quatro programas sociais existentes no âmbito do governo federal⁶ e consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais, criado em 2001 (Brasil, 2001) com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

A gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre a União, as Unidades Federativas e os municípios, conforme instituído pela Lei nº10.836/2004 (Brasil, 2004b) e regulamentado pelo Decreto nº5.209/2004 (Brasil, 2004a). A seleção das famílias é feita de forma automatizada pelo governo federal com base nas informações registradas pelos municípios no Cadastro Único. O cadastramento não implica, no entanto, em uma entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício. Os benefícios financeiros são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias, considerando-se a renda mensal *per capita* da família, o número de crianças e adolescentes até dezessete anos e a existência de gestantes e nutrizes.⁷ O PBF adotou duas linhas de elegibilidade, de pobreza e extrema pobreza, que permitiam acesso a benefícios distintos no seu início.

No ano de 2005 ainda estavam em vigor as diretrizes definidas pela Lei nº10.836/2004. Famílias em situação de pobreza eram aquelas com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 100 reais, enquanto extremamente pobres, aquelas com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 50 reais. Os benefícios básicos ou fixos, no valor de 50 reais, eram concedidos apenas às famílias extremamente pobres; já os benefícios variáveis, no valor de 15 reais, concedidos pela existência na família de crianças de zero a quinze anos, gestantes e/ou nutrizes - respeitado um limite máximo de três benefícios (45 reais) por família.

Ao longo dos anos, o PBF passou por ajustes e atualizações, como a adição dos benefícios

⁶a saber, os programas criados entre 2001 e 2003: Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação; vinculados a quatro ministérios distintos: da Educação, da Saúde, de Minas e Energia; e de Segurança Alimentar e Combate à Fome, respectivamente.

⁷O programa sofreu mudanças em seu desenho ao longo dos anos, com a introdução do benefício para adolescentes até 17 anos, em 2007 - com efeito em 2008; a expansão do limite de três para cinco crianças, em 2011 - com a efetiva inclusão dos benefícios por gestante e por nutriz; e a introdução do Benefício para a Superação da Extrema Pobreza, em 2012 - universalizado em 2013.

variáveis pagos a adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, e o benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). No ano de 2019 estavam em vigor as regras atualizadas pelo Decreto nº 9.396/2018 (Brasil, 2018). Famílias em situação de pobreza eram aquelas com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 178 reais, enquanto extremamente pobres, aquelas com renda mensal *per capita* igual ou inferior a 89 reais. Os benefícios básicos ou fixos, no valor de 89 reais, eram concedidos apenas a famílias extremamente pobres; já os benefícios variáveis, no valor de 41 reais, concedidos pela existência na família de crianças de zero a quinze anos, gestantes e/ou nutrizes - respeitado um limite máximo de cinco benefícios por família. Ainda, o benefício variável vinculado aos adolescentes com dezesseis e dezessete anos de idade, no valor de 48 reais - respeitado um limite máximo de dois benefícios por família; e o BSP para as famílias já beneficiárias do PBF, mas que, mesmo recebendo os outros tipos de benefícios, permaneciam com renda mensal *per capita* inferior a 89 reais. Não havia um valor preestabelecido para o BSP, já que era calculado caso a caso, para que cada família conseguisse superar a situação de extrema pobreza, ultrapassando a renda de 89 reais mensais por pessoa.

3.2 Caracterização da população de interesse

A população de interesse deste estudo, jovens dependentes do PBF com idade entre 7 e 16 anos quando observados na folha de pagamentos do PBF em dezembro de 2005, totalizam 11.628.308 de indivíduos que são acompanhados ao longo de mais de uma década, até 2019. Esse grupo compreende 73% dos cerca de 16 milhões de dependentes beneficiários do PFB em 2005. Note que por questões legais da criação e extinção do município de Pinto Bandeira no estado do Rio Grande do Sul⁸, oito desses beneficiários dependentes residentes no referido município em 2005 foram desconsiderado das estatísticas relacionadas às taxas de saída e permanência no CadÚnico que utilizavam informações de localidade somente a partir da Folha do PBF. No caso das análises de acesso ao mercado formal de trabalho a partir da RAIS são utilizadas também as informações de localidade do emprego que superam a referida limitação. Por isso, há essa pequena diferença de oito beneficiários entre as análises com os dados do CadÚnico (11.628.300 pessoas) e com as da RAIS (11.628.308 pessoas).

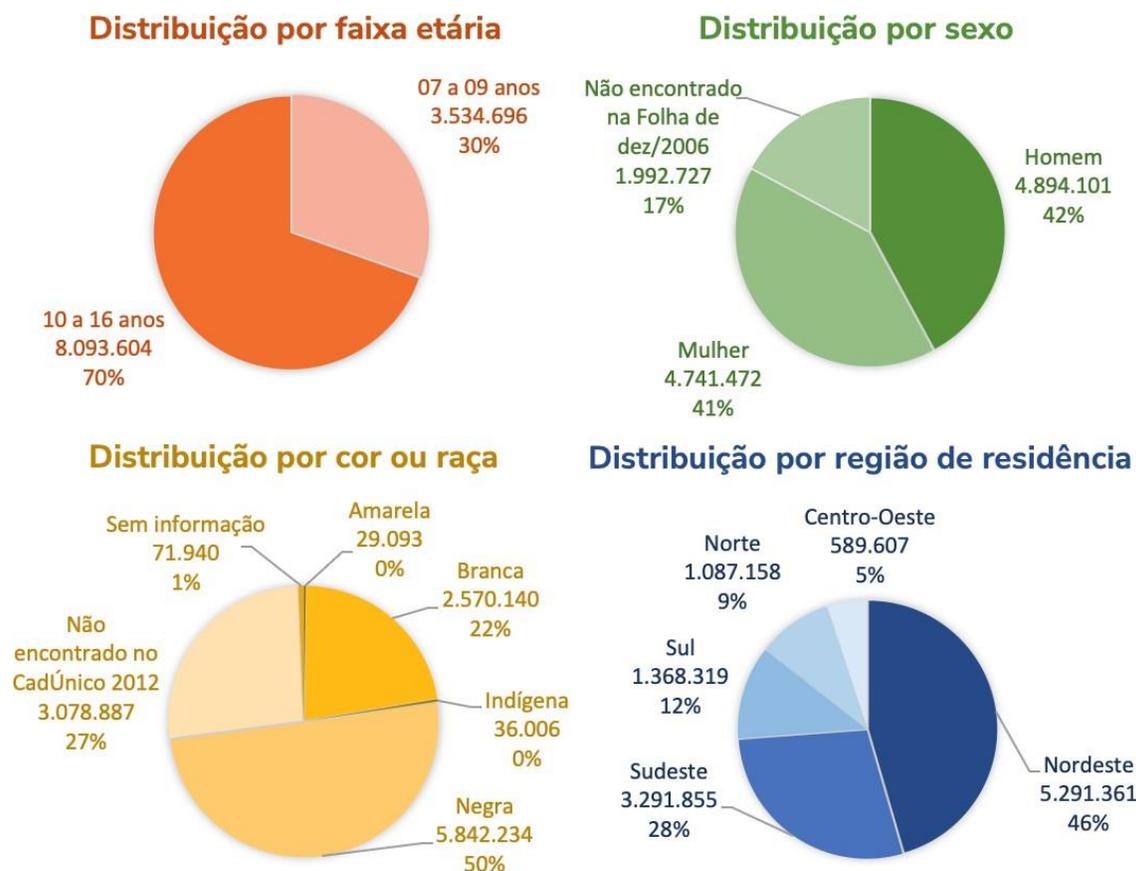
Como forma de caracterizar a população estudada, as Figuras 2 e 3 trazem informações dos dependentes e titulares do PBF observados no ano de 2005. Podemos observar na Figura 2 que os perfis predominantes dos dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 eram de 70% com idade entre 10 e 16 anos; 46% residiam na região Nordeste; 50% eram negros (pardos ou pretos)⁹ e 42% eram homens¹⁰.

Ainda, a Figura 3 apresenta um perfil da escolaridade dos titulares das famílias beneficiárias

⁸O município de Pinto Bandeira no Rio Grande do Sul, que em 2005 era distrito do município de Bento Gonçalves, foi elevado à categoria de município em 2001, extinto em 2003 por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, e ascendeu novamente à categoria de município em 2013.

⁹No caso de cor ou raça, a característica só pode ser observada a partir de 2012, quando a variável está disponível no Cadastro Único. Por isso, não é possível identificar o resultado para uma parcela da população estudada (27%) que são os beneficiários dependentes de 7 a 16 anos que estavam na Folha em 2005, mas não estavam no Cadastro Único

Figura 2: Perfil dos dependentes do PBF em 2005



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

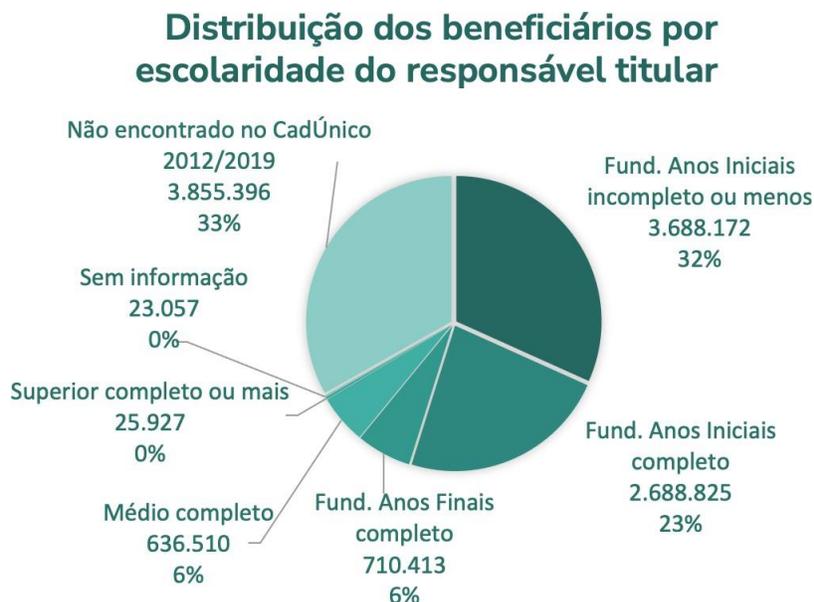
do grupo analisado em 2005.¹¹ Pode-se observar que apenas 6% tinham ensino médio completo, enquanto a grande maioria, 55%, tinham apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental completo ou menos.

em 2012.

¹⁰No caso de sexo, a característica só pode ser observada a partir de 2006, quando a Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família introduziu essa variável. Por isso, não é possível identificar o resultado para uma parcela da população estudada (17%) que eram beneficiários dependentes de 7 a 16 anos que estavam na Folha em 2005, mas não estavam em 2006.

¹¹No caso da escolaridade do responsável, não é possível identificar o resultado para uma parcela da população estudada (33%) – beneficiários dependentes de 7 a 16 anos que estavam na Folha em 2005, cuja escolaridade dos titulares não foi encontrada no Cadastro Único 2012-2019. Foi considerada a escolaridade do titular de 2005 reportada no Cadastro Único mais antigo após a migração para a versão 7, onde essa característica foi registrada com maior precisão. Uma vez que não é possível observar a escolaridade em 2005, a escolaridade do titular que utilizamos pode estar superestimada, caso os responsáveis tenham adquirido mais anos de estudos entre 2005 e 2012. Por outro lado, sabendo-se que indivíduos mais escolarizados têm maior probabilidade de sair do cadastro já em 2012, há a possibilidade de que uma fração significativa dos não encontrados tenham ensino médio ou superior, subestimando essa população no estrato analisado.

Figura 3: Perfil dos titulares do PBF em 2005



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

4 Dados

Este artigo combina dados administrativos de acesso restrito com dados publicamente disponíveis de diversas fontes governamentais para analisar a mobilidade social dos indivíduos na base da distribuição de renda brasileira, mais especificamente os beneficiários do PBF. O conjunto de dados agregados em nível municipal também é utilizado para estimar os determinantes da mobilidade social observada através dos indicadores sugestivos de tal.

4.1 Cadastro Único (CadÚnico)

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma base que identifica e caracteriza o universo de famílias de baixa renda no Brasil organizada pelo atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)¹². Inicialmente instituído pelo Decreto nº 3.877/2001 (Brasil, 2001), o CadÚnico surgiu como uma importante ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas para promoção da melhoria de vida dessas famílias. Na medida em que reúne um conjunto amplo de informações, disponibiliza aos gestores o conhecimento dos riscos e das vulnerabilidades a que a população pobre e extremamente pobre está exposta. Essa base de dados foca em famílias de baixa renda, definida como aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda *per capita*) de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até

¹²Entre os anos de 2019 e 2022, chamava-se Ministério da Cidadania; é também conhecido apenas como Ministério do Desenvolvimento Social.

três salários mínimos. Após atualizações, a Portaria nº177/2011 (Brasil, 2011) alterou a classificação de membros das famílias e realizou uma migração das informações dos beneficiários do Programa Bolsa Família para a versão 7 do cadastro. Assim, o CadÚnico passou a trazer um conjunto amplo de variáveis socioeconômicas e demográficas das famílias/pessoas cadastradas e, particularmente importante para esta pesquisa, variáveis cadastrais - principalmente o NIS/PIS, que permitem acompanhar os indivíduos ao longo dos anos, bem como vincular com outras bases administrativas. Para esta pesquisa utilizamos os cadastros ativos de famílias e dos indivíduos nelas inseridos, tendo como referência o mês de dezembro entre os anos de 2012 e 2019, período para o qual temos acesso aos dados.

4.2 Folhas de Pagamentos do Programa Bolsa Família

As folhas de pagamentos do PBF são os registros administrativos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social/Cidadania contendo informações dos beneficiários do PBF. Nelas observamos informações detalhadas acerca dos tipos de benefícios (i.e., benefício básico, variável 0-6 anos, variável 7-15, variável jovem, gestante/nutriz e benefício para superação da extrema pobreza) e valores recebidos pelos titulares das famílias. Além das informações sobre os benefícios, as folhas trazem a data de nascimento e sexo dos dependentes e titulares¹³, bem como identificadores únicos (NIS/PIS) que permitem acompanhar os indivíduos ao longo do tempo e combinar com outros dados administrativos. Utilizamos informações das folhas de dezembro de cada ano desde 2005 até 2018, como *proxy* para dado anual.

4.3 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, é o registro administrativo que fornece informações detalhadas sobre todas as empresas do setor formal brasileiro e seus respectivos empregados. A RAIS contém identificadores únicos dos empregados, como o número do Programa de Integração Social - PIS, que nos permitem acompanhar os trabalhadores ao longo do tempo e vincular com as demais bases. Além disso, traz uma série de informações demográficas dos empregados, como idade, sexo, cor/raça, grau de instrução, tempo de emprego na empresa, salário, ocupação, número de horas trabalhadas, tipo de contrato de trabalho, nacionalidade, data da admissão, data do desligamento, causas de desligamento, entre outras. Nesta pesquisa utilizamos os dados anuais da RAIS para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2019.

¹³Desde 2006, razão para usarmos esse dado da folha de pagamentos do PBF, em vez do disponível no CadÚnico.

4.4 Censo/PNUD

Adicionalmente, utilizamos um conjunto de informações agregadas em nível municipal, provenientes do Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. O Atlas Brasil é produto da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). A plataforma permite consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a mais de 200 indicadores de desenvolvimento humano dos municípios e estados brasileiros. Os indicadores são de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para esta pesquisa, foram utilizadas as informações do ano de 2000, por ser o período anterior ao PBF, conforme explicado na seção 9.1. As variáveis foram utilizadas individualmente e em conjuntos a fim de compor os fatores explicativos do modelo econométrico principal.¹⁴

4.5 Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, é o principal registro administrativo longitudinal sobre mortalidade no país. Tem como fonte primária os dados provenientes diretamente das declarações de óbitos dos indivíduos. Sua longa série temporal disponibiliza informações referentes à mortalidade no Brasil e às causas de adoecimento que levaram os indivíduos ao óbito. Os registros oriundos do sistema SIM contêm dados socioeconômicos, local de residência e ocorrência, óbitos fetais e não fetais, condições e causas do óbito, e informações de causas externas sobre os óbitos registrados.

Nesta pesquisa, utilizamos os registros de óbitos entre outubro de 2005 e dezembro de 2019, por ano de nascimento e sexo dos indivíduos. Esse dado é utilizado na estimação do número de indivíduos por características que morreram entre 2005 e 2019, não sendo observados nas bases de dado de beneficiários de programas sociais e trabalhadores formais nos anos posteriores.

4.6 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela tem por objetivo principal a coleta trimestral de dados sobre força de trabalho de uma amostra de domicílios brasileiros. Permite, dessa forma, a produção de indicadores para um acompanhamento trimestral e longitudinal da força de trabalho brasileira; além de outras informações complementares e suplementares de acordo com demandas específicas. A PNADC tem como abrangência todo o território nacional desde 2012. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) e Municípios das Capitais.

¹⁴A Tabela 14 do Apêndice A contém a lista completa de variáveis disponibilizadas.

Para este estudo, utilizamos os quantitativos populacionais por estratos da população e as informações de rendimento dos trabalhadores entre 2015 e 2019. Os quantitativos populacionais foram utilizados juntamente com os dados sobre mortalidade do SIM, a fim de estimarmos as taxas de mortalidade por subgrupos da população. Já os dados sobre rendimento foram utilizados para observarmos a distribuição anual de renda de todos os trabalhos por Unidade Federativa e em quintos de distribuição da renda nacional.

5 Seleção e representatividade da amostra de beneficiários do PBF

Algumas etapas foram adotadas nesta pesquisa para que o conjunto de indivíduos analisados ao longo dos anos fosse o mais representativo da população na base da pirâmide social brasileira. Esta seção detalha o tratamento dado às bases de dados do CadÚnico e das folhas de pagamento do PBF, além de estimar a sua representatividade da população brasileira.

5.1 Seleção da amostra de beneficiários do PBF

Inicialmente, restringimos as observações do Cadastro Único apenas aos casos de informação cadastral na situação “cadastrado”.¹⁵ Nesse sentido, a Tabela 1 mostra o total de famílias/domicílios e pessoas com situação “cadastrado”.¹⁶ Em particular, observa-se que o número de famílias cadastradas era de aproximadamente 25 milhões em 2012 e 29 milhões em 2019. Analogamente, observa-se que o total de indivíduos na categoria “cadastrado” varia de aproximadamente 81 milhões em 2012 para 76 milhões em 2019. Com relação às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, tem-se que aproximadamente 55% das com cadastro ativo e atualizado no CadÚnico recebiam o benefício em 2012. Valor que caiu para aproximadamente 46% para esse mesmo grupo em 2019.

Tabela 1: Número de Famílias e Pessoas com cadastro ativo e atualizado no CadÚnico e Beneficiários do PBF

Número de	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Famílias no CadÚnico	25.069.565	27.200.920	29.172.487	27.326.122	26.457.577	26.950.657	26.913.965	28.884.068
Beneficiárias do PBF	13.753.753	13.961.477	13.980.407	13.969.145	13.560.232	14.001.335	13.760.882	13.228.012
Pessoas no CadÚnico	81.296.647	84.291.793	88.181.941	80.793.612	77.829.927	76.464.300	73.570.482	76.415.223

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

¹⁵Essa restrição é fundamental para a garantia da qualidade da informação gerada, visto que os Cadastros Excluídos tratam dos estoques de informações que não foram descartadas por completo da base, mas que também não são atualizadas. Da mesma forma que outras categorias de cadastro são extremamente raras, menor que 0.1%, indicando apenas ser um fluxo informacional.

¹⁶A distribuição de pessoas e famílias beneficiárias do PBF segundo a situação cadastral pode ser observada no Apêndice A, nas Tabelas 11 e 12.

Outra caracterização relevante para a análise da amostra pode ser observada na Figura 4, que apresenta o número de pessoas cadastradas como titulares ou dependentes e o valor total empenhado pelo governo federal com o PBF ao longo dos anos de 2004 a 2018. Pode-se observar uma constante expansão do programa em número de pessoas e de montante empenhado pelo governo federal ao longo do período. No entanto, nota-se uma reconfiguração das famílias beneficiárias a partir do ano de 2012, com redução do número de dependentes e estabilidade do número de titulares beneficiários.

5.2 Representatividade da amostra

Podemos observar o significativo volume de pessoas e recursos mobilizados pelo PBF. Para as análises propostas nesta pesquisa, no entanto, se faz relevante entender o quão representativas serão da população brasileira na base da pirâmide social. Uma forma usual encontrada na literatura consiste em estimar a taxa de cobertura do PBF da população brasileira elegível ao longo dos anos, assim, a parcela da população que a amostra de beneficiários compreende.¹⁷

Um primeiro desafio consiste em observar o total de famílias pertencentes ao estrato mais baixo da pirâmide social brasileira e quais são beneficiárias de programas sociais. A maioria dos estudos na literatura utiliza dados de renda familiar captados pelas pesquisas de amostras domiciliares realizadas pelo IBGE para tal. Esses dados permitem estimar a distribuição de famílias por faixas de renda no Brasil e quais são beneficiárias de programas sociais. Utilizamos como referência o artigo de Souza et al. (2019) que trata do assunto. Os autores estimam uma taxa de cobertura do PBF de 46% em 2005, que chega a cerca de 60% entre os anos de 2012 e 2017, como pode ser observado na Figura 24 do Apêndice A.¹⁸ Ainda assim, tais resultados devem ser analisados com cautela. Os autores destacam que há uma significativa subnotificação do número de beneficiários do PBF reportados nas pesquisas domiciliares, com estimativas entre 30% e 35% menores do que os dados administrativos sugerem¹⁹, ou seja, a taxa de cobertura do programa é significativamente maior do que a estimada por eles ao comparem o número de beneficiários dos registros administrativos do CadÚnico e das folhas de pagamento do PBF com os dados das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

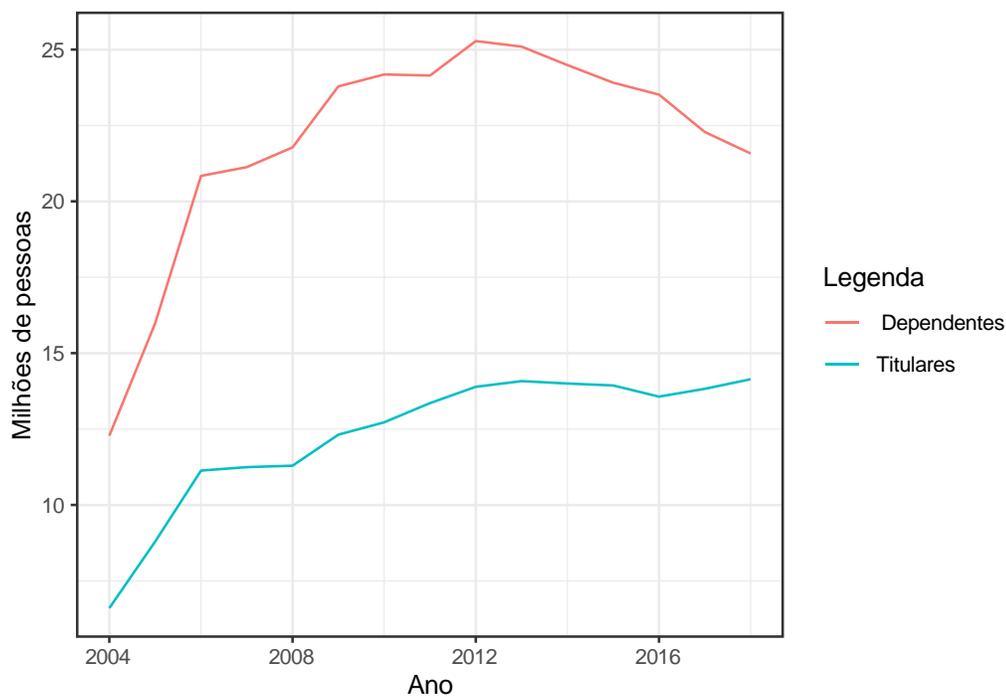
Isso nos leva a concluir que a maioria da população brasileira na base da pirâmide social é contemplada pelo PBF ao longo dos anos. Dessa forma, analisar indicadores sugestivos de mobilidade social dos beneficiários do PBF se demonstra representativo da maioria da população brasileira nesse estrato social.

¹⁷Os critérios de elegibilidade podem ser encontrados na seção 3.1.

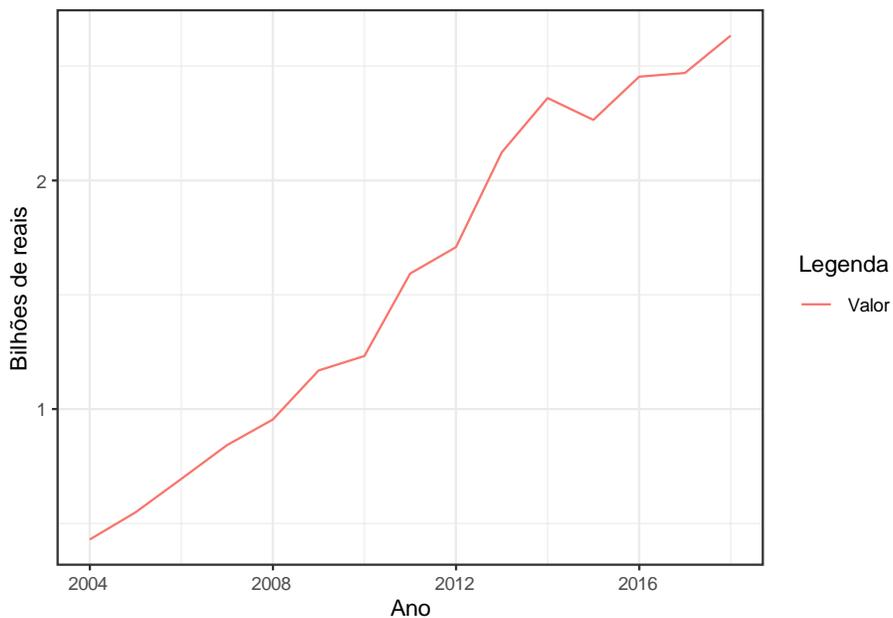
¹⁸A taxa de cobertura do PBF é calculada pelos autores como a porcentagem de beneficiários entre os 20% mais pobres da população, definidos a partir da renda domiciliar por pessoa líquida das transferências do PBF nas PNADs.

¹⁹Tal fato pode ser observado na Figura 25 do Apêndice A

Figura 4: Quantidade de pessoas e valor total dos benefícios do PBF



(a) Número de dependentes e titulares ao longo dos anos



(b) Evolução do valor total dos benefícios ao longo dos anos

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

6 Indicadores sugestivos de mobilidade social no período entre 2005 e 2019

Esta seção apresenta uma caracterização dos indicadores sugestivos de mobilidade social dos beneficiários dependentes do PBF mais de uma década após começarem a receber o benefício. Os dependentes com idade entre 7 e 16 anos, quando em 2005, são acompanhados até o ano de 2019, então com idade entre 21 e 30 anos. Pode-se observar que 64% desses estavam fora do Cadastro Único no ano de 2019, não sendo mais beneficiários de programas sociais do governo federal. Similarmente, observa-se que 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019. Esses resultados são indicativos de uma significativa mobilidade social na base da distribuição de renda do Brasil para os beneficiários do PBF no período analisado.

6.1 Saídas do Cadastro Único

Conforme exposto na seção 2, há diversas razões para um indivíduo deixar de apresentar cadastro ativo no CadÚnico ao longo dos anos. A Tabela 2 apresenta a situação em 2019 dos beneficiários dependentes em 2005 quanto a aparecerem no Cadastro Único e/ou constarem na folha de pagamentos do PBF. Em 2019, cerca de 7,45 milhões deles, 64% do total, não foram mais encontrados no Cadastro Único, ou seja, não eram mais beneficiários de programas sociais do governo federal. Dentre os cerca de 4 milhões de pessoas que seguiam no cadastro, 2,4 milhões dessas, 20% do total, permaneciam como beneficiários do PBF, agora como titulares; enquanto 1,6 milhão, 14% do total, seguiam no cadastro, porém não estavam na folha de pagamentos do PBF. Essas últimas não cumpriam os requisitos para receberem o PBF, mas possivelmente ainda eram elegíveis a outros programas sociais do governo federal, por isso são observadas no cadastro.

Tabela 2: Situação cadastral, em 2019, dos beneficiários dependentes do PBF com idade entre 7 a 16 anos quando em 2005

Situação observada	Número de beneficiários	Distribuição (%)
Total	11.628.300	100%
Permanecem beneficiários do PBF	2.372.528	20%
Cadastrados não beneficiários do PBF	1.628.291	14%
Não encontrados no CadÚnico:	7.627.481	66%
Falecidos (estimativa)	176.376	2%
Fora do CadÚnico (Taxa de saída)	7.451.105	64%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social. Nota: O grupo de “Não encontrados no CadÚnico” é subdividido entre os falecidos e os que saíram do cadastro por outros motivos, como falta de atualização cadastral e não adequação aos requisitos do programa. Estimativa de mortalidade a partir dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade e da população da PNAD/IBGE.

As taxas de saída do CadÚnico e da folha de pagamentos do PBF apresentam significativa heterogeneidade com relação às características dos beneficiários. Pode-se observar na Tabela 3 maiores taxas de saída para homens, brancos, mais velhos dentro da coorte de análise, aqueles cujos responsáveis tinham maior nível educacional e que residiam nas regiões centro-sul do país. Enquanto 69% dos homens deixaram o cadastro, apenas 55% das mulheres o fizeram. Similarmente, 67% dos beneficiários dependentes que tinham idade entre 10 a 16 anos em 2005 não constavam mais no cadastro em 2019, enquanto a taxa de saída dos dependentes com idade entre 7 a 9 anos em 2005 foi de 58% em 2019. Para brancos, a taxa de saída do cadastro foi de 65%, enquanto para negros foi de 54%, 51% para amarelos e 46% para indígenas. Ainda, cerca de 62% dos dependentes beneficiários cujos titulares tinham o ensino fundamental completo ou maior nível de escolaridade, não foram encontrados no cadastro em 2019; enquanto essa proporção cai para 56% para aqueles cujos titulares não tinham o ensino fundamental anos iniciais completo. No que se refere às diferenças regionais, enquanto a taxa de saída do cadastro foi superior a 70% nas regiões centro-sul do país, observou-se saída de 61% na região Norte e 58% na região Nordeste do país. Essas regiões apresentaram uma proporção de indivíduos ainda beneficiários do PBF em 2019 maior que o dobro da taxa de permanência das regiões centro-sul. Vale salientar que não apresentamos as taxas de saída do CadÚnico para aqueles com características desconhecidas por não declaração ou por falta de informação no Cadastro, conforme informado na seção 5.

6.2 Saídas do Cadastro Único no território

Como sugerido na tabela 3, há uma significativa heterogeneidade do indicador de saídas do Cadastro Único no território brasileiro. Esta seção apresenta um aprofundamento dessa análise.

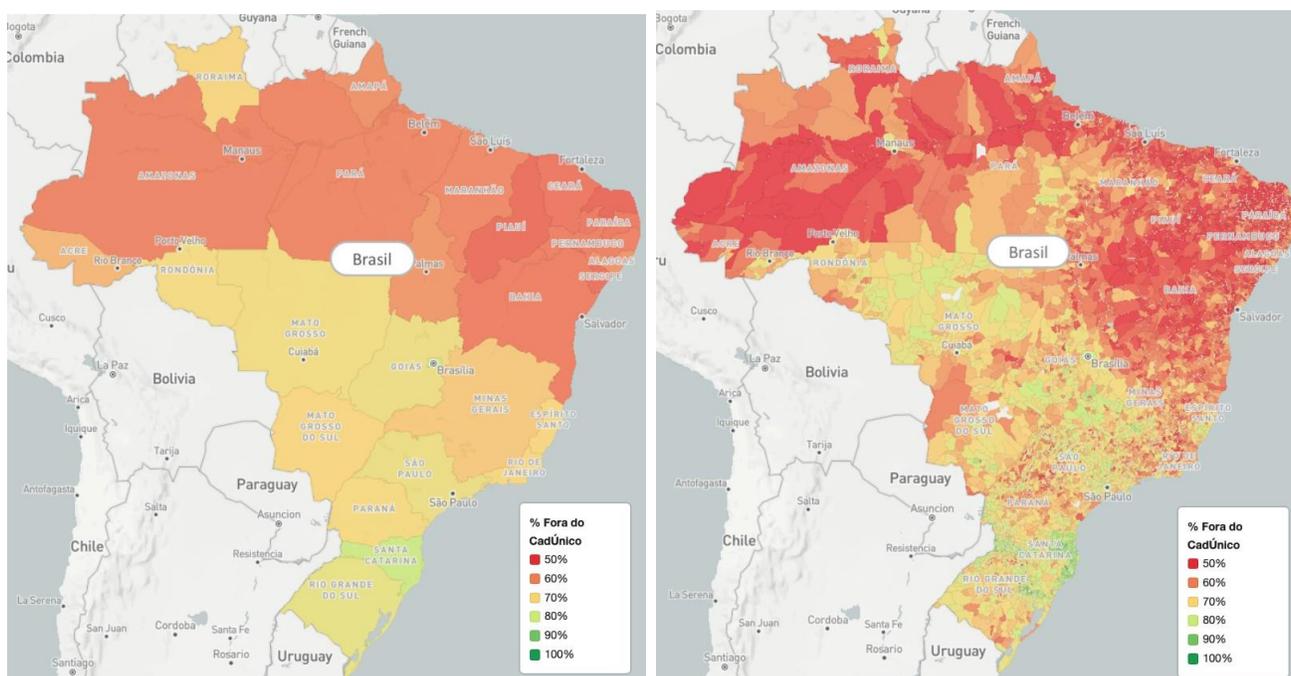
Começamos por apresentar na Figura 5 os mapas com a taxa de saída do CadÚnico por Unidades da Federação e por municípios do Brasil. Para além das significativas diferenças regionais, pode-se observar uma grande heterogeneidade entre os municípios de uma mesma Unidade Federativa. Diferenças ainda maiores são observadas entre municípios de diferentes estados e regiões.

Tabela 3: Situação em 2019 dos beneficiários dependentes com 7 a 16 anos em 2005, por características

Característica	N no PBF	% de 2005	N no CadÚnico mas não no PBF	% de 2005	N fora do CadÚnico	% de 2005
<i>Por faixa etária em 2005</i>						
07 a 09 anos	845.850	24%	579.848	16%	2.067.246	59%
10 a 16 anos	1.526.678	19%	1.048.443	13%	5.383.860	67%
Total	2.372.528	20%	1.628.291	14%	7.451.105	64%
<i>Por sexo</i>						
Homem	742.198	15%	661.897	14%	3.376.119	69%
Mulher	1.342.923	28%	753.562	16%	2.616.416	55%
Total	2.085.121	22%	1.415.459	15%	5.992.535	62%
<i>Por cor ou raça</i>						
Amarela	8.274	28%	4.795	17%	14.872	51%
Indígena	13.892	39%	4.521	13%	16.461	46%
Branca	427.221	17%	424.492	17%	1.669.931	65%
Negra	1.609.327	28%	969.756	17%	3.183.893	55%
Total	2.058.714	24%	1.403.564	17%	4.885.156	58%
<i>Por região do Brasil</i>						
Centro-Oeste	64.980	11%	87.083	15%	425.630	72%
Sul	138.089	10%	193.618	14%	1.009.766	74%
Norte	273.165	25%	138.836	13%	660.532	61%
Sudeste	445.533	14%	484.971	15%	2.308.451	70%
Nordeste	1.450.761	27%	723.783	14%	3.046.727	58%
Total	2.372.528	20%	1.628.291	14%	7.451.105	64%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.
 Nota: O total de indivíduos por características não soma a totalidade de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 para todas as características dadas as limitações e disponibilidade de informações apresentadas na seção 5.

Figura 5: Taxa de saída do CadÚnico em 2019 segundo o local de residência dos beneficiários dependentes do PBF com 7 a 16 anos em 2005



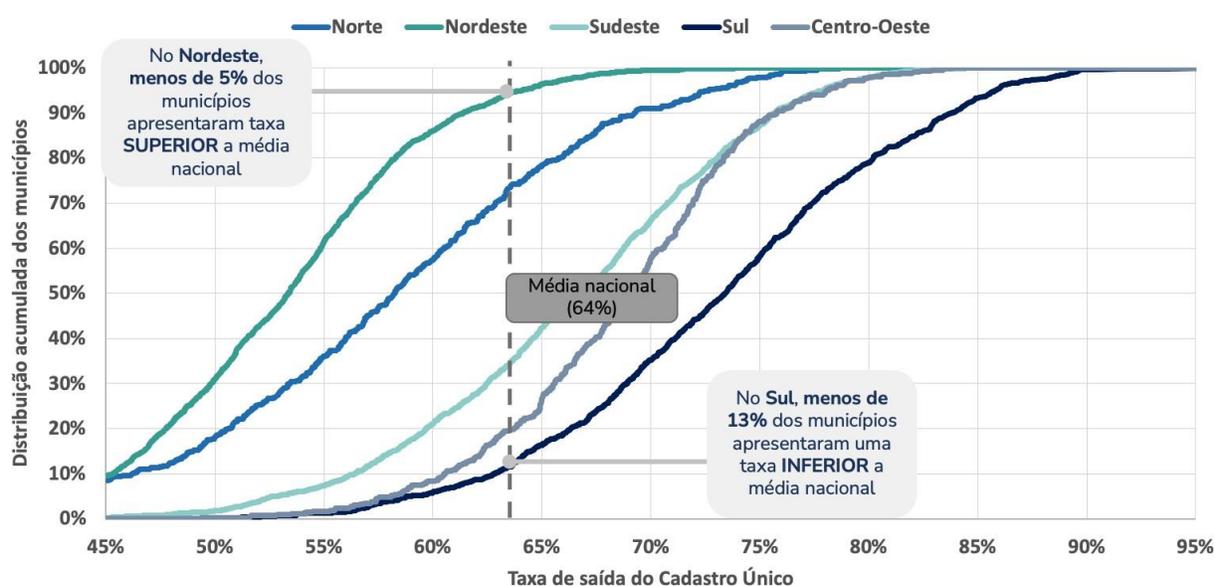
(a) Segundo a Unidade Federativa de residência

(b) Segundo o município de residência

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social. Nota: A legenda representa intervalos de valores. Por exemplo, locais preenchidos com vermelho apresentam percentuais entre 0% e 50%, laranja entre 50,1% e 60%, e assim por diante.

De fato, os mapas sugerem que a capacidade de mobilidade social dos beneficiários do PBF apresenta grande variabilidade a depender dos seus municípios de residência. A Figura 6 apresenta a distribuição de municípios por região de origem dos beneficiários, segundo a taxa de saída do CadÚnico observada em nível municipal em 2019.²⁰ O percentual de municípios com taxa de saída do CadÚnico acima da média nacional é de apenas 5% na região Nordeste, enquanto na região Sul é de 87%. Na região Norte somam 25%, ao passo que na Sudeste e na Centro-Oeste chegam a 63% e 78% deles acima da média nacional, respectivamente. Podemos observar que não só as diferentes características dos indivíduos afetam sua capacidade de mobilidade social, mas também as características das áreas que residem.

Figura 6: Distribuição de municípios por região segundo a taxa de saída do Cadastro Único em 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

As diferenças entre os municípios podem ser ainda mais significativas quando observadas na Tabela 4 e na Figura 7. Elas apresentam os municípios com as cinco maiores e as cinco menores taxas de saída do Cadastro Único por região do Brasil e por porte em número de habitantes, na primeira, e por Unidade Federativa, na última. Como observado anteriormente, as maiores taxas de saída do cadastro em municípios das regiões centro-sul são significativamente maiores que dos municípios com as maiores taxas das regiões Norte e Nordeste; sendo o oposto observado para os municípios com as menores taxas de saída entre as referidas regiões. Já com relação ao porte dos municípios por número de habitantes, observa-se uma maior variabilidade entre as maiores e menores taxas de saída do cadastro para municípios de menor porte com relação aos de maior porte. Enquanto

²⁰Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

a diferença entre a maior taxa de saída, Tupandi no Rio Grande do Sul, e a menor, Milagres do Maranhão no Maranhão, dentre os municípios com menos de 20 mil habitantes, é de 67,7 pontos percentuais; tal diferença se reduz a 20,8 pontos percentuais entre os municípios de maior taxa de saída, Goiânia em Goiás, e menor taxa de saída, Fortaleza no Ceará, para os municípios com mais de 500 mil habitantes.

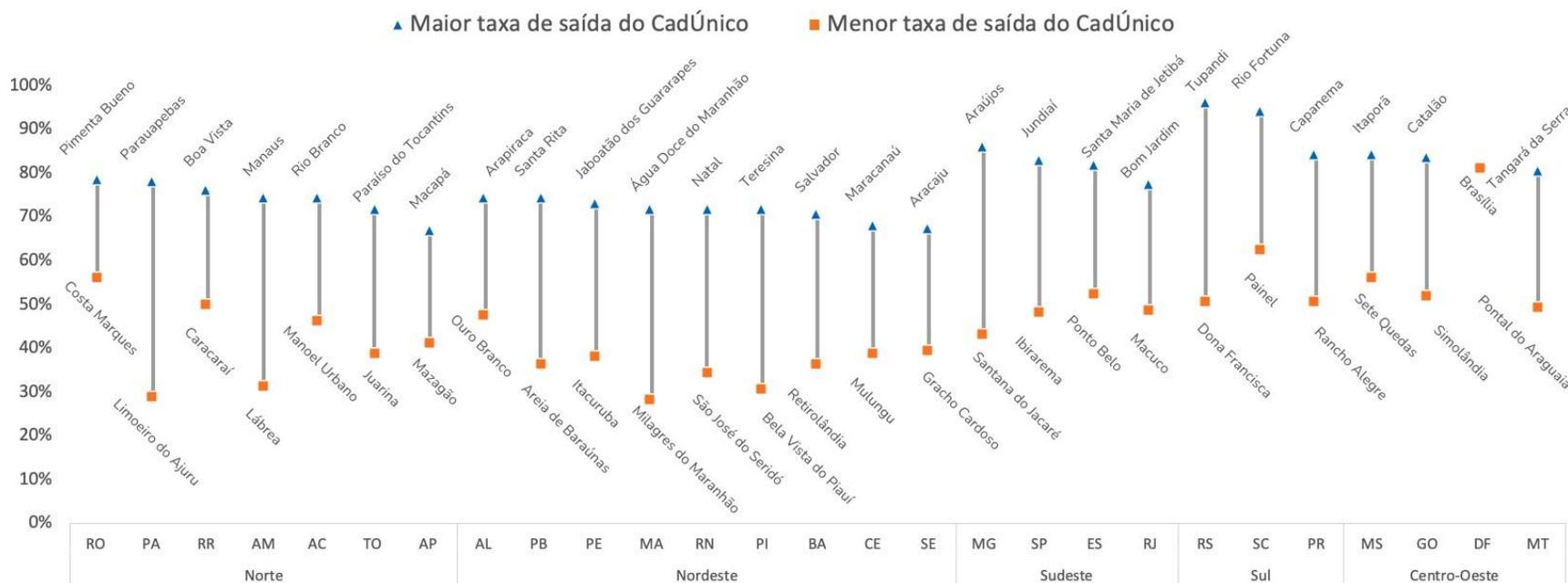
Tabela 4: Maiores e Menores taxas de saída do CadÚnico em 2019 dos beneficiários do PBF dependentes em 2005 em nível dos municípios por características

Por região do Brasil										
Norte			Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
Ordem	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa
1º Maior	RO - Pimenta Bueno	78,7%	AL - Arapiraca	73,9%	MG - Aratujos	86,0%	RS - Tupandi	95,7%	MS - Itaporã	83,8%
2º Maior	PA - Parauapebas	77,6%	PB - Santa Rita	73,8%	MG - Divinópolis	84,4%	SC - Rio Fortuna	93,7%	GO - Catalão	83,4%
3º Maior	RO - Cabixi	77,1%	PE - Jaboatão dos Guararapes	72,5%	MG - Ouro Fino	83,6%	RS - Nova Boa Vista	91,5%	GO - Davinópolis	82,9%
4º Maior	RR - Boa Vista	76,0%	PE - Recife	72,5%	MG - Carmo do Cajuru	83,5%	SC - Dona Emma	90,6%	GO - Goiânia	82,4%
5º Maior	RO - Chupinguaia	76,0%	MA - Água Doce do Maranhão	71,5%	SP - Jundiá	82,9%	SC - Pouso Redondo	89,8%	MS - Ivinhema	82,1%
1º Menor	PA - Limoeiro do Ajuru	28,9%	MA - Milagres do Maranhão	28,0%	MG - Santana do Jacaré	42,7%	PR - Rancho Alegre	50,1%	MT - Pontal do Araguaia	49,3%
2º Menor	AM - Lábrea	31,3%	PI - Bela Vista do Piauí	30,7%	MG - São João do Manhuaçu	44,1%	PR - Sertaneja	50,4%	GO - Simolândia	51,5%
3º Menor	PA - Faro	31,8%	PI - Cocal dos Alves	32,0%	MG - Pedra Dourada	44,6%	RS - Dona Francisca	50,6%	GO - Damolândia	51,6%
4º Menor	PA - Muaná	34,2%	RN - São José do Seridó	34,1%	MG - Imbé de Minas	44,6%	RS - São João do Polêsine	51,2%	GO - Campinaçu	52,8%
5º Menor	AM - Silves	34,3%	RN - Jundiá	35,1%	MG - Cural de Dentro	45,2%	PR - Novo Itacolomi	52,0%	GO - Jesópolis	53,5%
Por porte do município em número de habitantes										
Até 20 mil hab.			>20 mil até 50 mil hab.		>50 mil até 200 mil hab.		>200 mil até 500 mil hab.		>500 mil hab.	
1º Maior	RS - Tupandi	95,7%	SC - Timbó	89,2%	SC - Brusque	88,8%	SC - Joinville	84,7%	GO - Goiânia	82,4%
2º Maior	SC - Rio Fortuna	93,7%	SC - Pomerode	88,9%	SC - Içara	86,9%	MG - Divinópolis	84,4%	SP - Ribeirão Preto	81,3%
3º Maior	RS - Nova Boa Vista	91,5%	SC - Braço do Norte	87,4%	SC - Concórdia	86,5%	SP - Jundiá	82,9%	MG - Uberlândia	80,7%
4º Maior	SC - Dona Emma	90,6%	SC - Indaial	87,1%	SC - Tubarão	85,7%	SC - Blumenau	82,4%	DF - Brasília	80,6%
5º Maior	SC - Pouso Redondo	89,8%	SC - Laguna	86,0%	SC - Balneário Camboriú	85,1%	SP - Mauá	81,5%	SP - Guarulhos	77,9%
1º Menor	MA - Milagres do Maranhão	28,0%	PA - Limoeiro do Ajuru	28,9%	PA - Cametá	41,0%	PA - Santarém	55,3%	CE - Fortaleza	61,6%
2º Menor	PI - Bela Vista do Piauí	30,7%	AM - Lábrea	31,3%	BA - Conceição do Coité	45,7%	CE - Juazeiro do Norte	57,6%	BA - Feira de Santana	64,1%
3º Menor	PA - Faro	31,8%	PA - Muaná	34,2%	PA - Abaetetuba	46,4%	BA - Juazeiro	60,4%	MA - São Luís	64,5%
4º Menor	PI - Cocal dos Alves	32,0%	AM - Santo Antônio do Içá	35,0%	CE - Tianguá	49,3%	PE - Caruaru	62,1%	PA - Belém	66,0%
5º Menor	RN - São José do Seridó	34,1%	PA - Oeiras do Pará	37,7%	RN - Açu	49,3%	RJ - Campos dos Goytacazes	63,7%	PB - João Pessoa	68,4%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

Nota: A taxa de saída do CadÚnico em nível municipal é dada para proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que não são mais observados no Cadastro Único em 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

Figura 7: Municípios com maiores e menores taxas de saída do CadÚnico por UF



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

Nota: A taxa de saída do CadÚnico em nível municipal é dada para proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que não são mais observados no Cadastro Único em 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

6.3 Acesso ao mercado formal de trabalho

Além de uma emancipação de programas sociais do governo federal, outro indicador sugestivo de mobilidade social avaliado é a inserção dos mesmos beneficiários no mercado formal de trabalho no futuro, conforme a seção 2. A tabela 5 apresenta a situação dos beneficiários dependentes do PBF com 7 a 16 anos de idade em 2005 quanto a serem encontrados no mercado formal de trabalho entre os anos de 2015 e 2019. Cerca de 5,2 milhões (45%) desses foram encontrados na RAIS nesses anos ao menos uma vez; dentre os quais cerca de 3,4 milhões (30%) estiveram no mercado formal durante três anos ou mais e quase 1,8 milhões (15%) por até dois anos. Contrariamente, por volta de 6,4 milhões deles (55%) não foram encontrados na RAIS entre 2015 e 2019. Cabe ressaltar que esse dado, no entanto, não indica que esses indivíduos não estavam trabalhando, apenas que não estavam em postos formais de trabalho.²¹

Tabela 5: Situação na RAIS entre 2015 e 2019 dos beneficiários dependentes do PBF com 7 a 16 anos em 2005

Situação	Beneficiários	Distribuição (%)
Total	11.628.308	100%
Não encontrado na RAIS	6.433.105	55%
Encontrado na RAIS entre 2015 e 2019:	5.195.203	45%
em 1 ano	1.670.871	8%
em 2 anos	905.573	8%
em 3 anos	892.818	7%
em 4 anos	875.040	8%
em 5 anos	850.901	14%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

A inserção no mercado formal de trabalho também apresentou significativa heterogeneidade com relação às características dos beneficiários. Podemos observar na Tabela 6 maiores taxas de acesso ao mercado formal de trabalho, e de forma mais continuada, para homens, brancos, mais velhos dentro da coorte de análise, aqueles cujos responsáveis tinham maior nível educacional quando beneficiários dependentes em 2005 e das regiões centro-sul do país. Mesmas características que levaram a maiores indicadores sugestivos de mobilidade social para os que se emanciparam de programas sociais - saíram do CadÚnico.

Enquanto 34% dos homens estiveram na RAIS por três ou mais anos entre o período de 2015 e 2019, apenas 24% das mulheres o fizeram. Similarmente, 52% dos beneficiários dependentes que tinham idade entre 10 a 16 anos em 2005 não foram encontrados na RAIS no período, enquanto aqueles com idade entre 7 a 9 anos em 2005 eram 62%. Com relação a cor ou raça dos beneficiários,

²¹De fato, possivelmente estavam inseridos em atividade informais da economia.

a inserção no mercado formal de trabalho por três anos ou mais se deu para 38% dos brancos, 28% dos negros, 28% dos amarelos e apenas 18% dos indígenas. Maiores diferenças ainda são observadas quando combinadas as dimensões sexo e cor ou raça. Enquanto, 42% dos homens brancos se inseriram no mercado formal de trabalho por três anos ou mais, apenas 23% das mulheres negras fizeram o mesmo; homens negros e mulheres brancas apresentaram a mesma taxa, de 33%.

Novamente, a escolaridade dos titulares foi fator altamente correlacionado com as inserções no mercado formal de trabalho. Enquanto 62% dos dependentes beneficiários cujos titulares não possuíam ensino fundamental anos iniciais completo não foram encontrados na RAIS entre 2015 e 2019, essa proporção cai para cerca de 50% para aqueles cujos titulares tinham o ensino fundamental completo ou maior nível de escolaridade. As diferenças regionais também foram significativas. A maior proporção dos beneficiários da região sul do país, 43%, foram encontrados na RAIS por três anos ou mais, enquanto 70% daqueles da região Norte e 63% da região Nordeste não foram encontrados nenhuma vez na RAIS no período entre 2015 e 2019. Vale ressaltar que há certa limitação das análises por características dos indivíduos dada a falta de informação no registro ou por não declaração, conforme informado na seção 5.

Tabela 6: Situação de acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) entre 2015 e 2019 dos beneficiários dependentes com 7 a 16 anos em 2005 por características

Característica	Não encontrado na RAIS	Encontrado na RAIS em até 2 anos	Encontrado na RAIS por 3 anos ou mais
<i>Por faixa etária em 2005</i>			
07 a 09 anos	62%	17%	21%
10 a 16 anos	52%	15%	33%
<i>Por sexo</i>			
Homem	49%	17%	34%
Mulher	61%	15%	24%
<i>Por cor ou raça</i>			
Amarela	56%	16%	28%
Branca	45%	17%	38%
Indígena	69%	13%	18%
Negra	55%	17%	28%
<i>Por cor ou raça e sexo</i>			
Homem Branco	40%	18%	42%
Homem Negro	49%	18%	33%
Mulher Branca	50%	17%	33%
Mulher Negra	62%	15%	23%
<i>Por região do Brasil</i>			
Norte	70%	13%	17%
Nordeste	63%	14%	23%
Centro-Oeste	47%	17%	36%
Sudeste	45%	17%	38%
Sul	40%	17%	43%

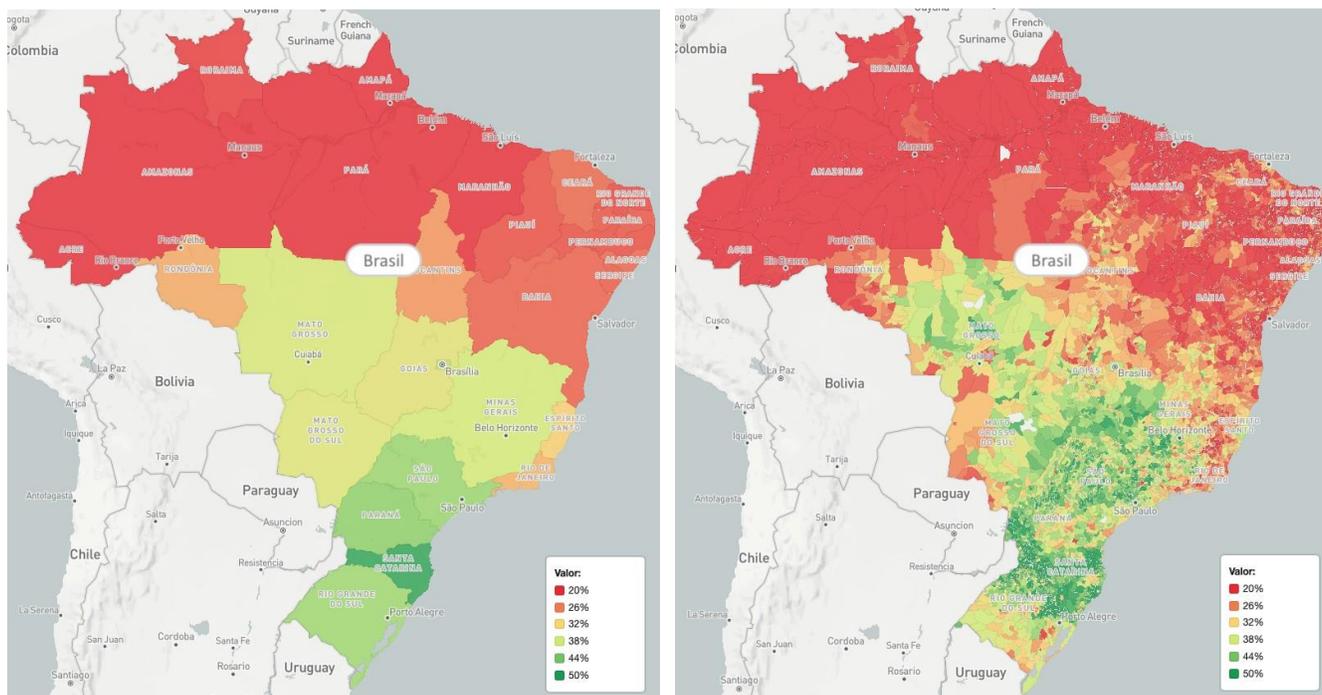
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

6.4 Acesso ao mercado formal de trabalho no território

De forma similar ao observado nas saídas do Cadastro Único, a tabela 6 evidencia uma significativa heterogeneidade no acesso ao mercado formal de trabalho no território brasileiro. Esta seção apresenta um aprofundamento dessa análise.

A Figura 8 apresenta os mapas com as taxas de acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) por Unidades da Federação e por municípios do Brasil. Além das significativas diferenças regionais, similares ao observado para as saídas do CadÚnico, há grande heterogeneidade entre as Unidades Federativas e entre os municípios pertencentes a elas; além de diferenças ainda maiores entre municípios de diferentes estados e regiões. De um modo geral, há uma grande concentração de municípios com maiores taxas indicativas de mobilidade social dos indivíduos nas porções centro-sul do país.

Figura 8: Acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) por três anos ou mais entre 2015 e 2019 segundo o local de residência em 2019



(a) Segundo a Unidade Federativa de residência

(b) Segundo o município de residência

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

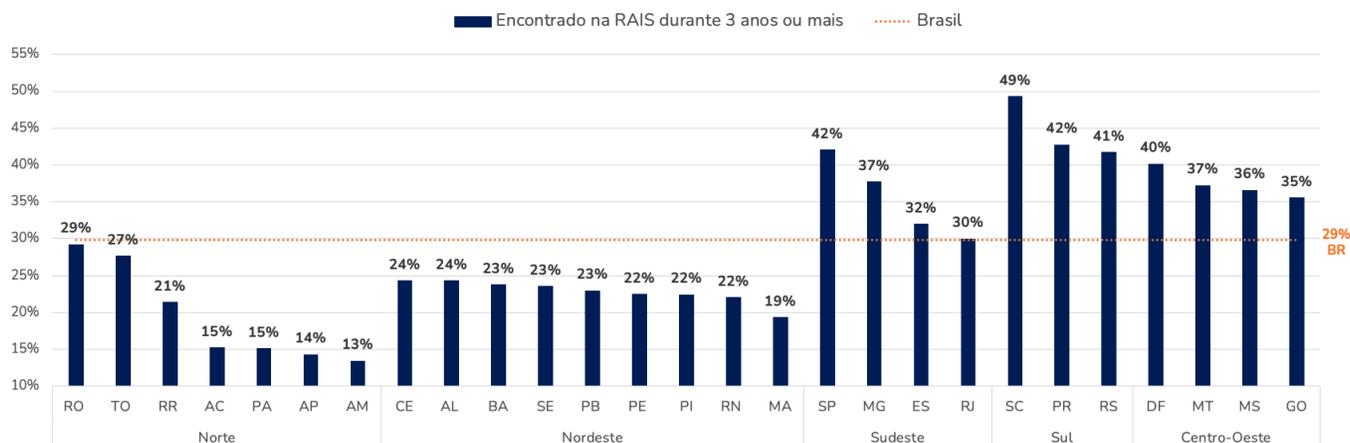
Nota: A legenda representa intervalos de valores. Por exemplo, locais preenchidos com vermelho mais escuro apresentam percentuais entre 0% e 20%, laranja entre 20,1% e 26%, e assim por diante.

De fato, os mapas destacam que a capacidade de mobilidade social dos beneficiários apresenta grandes variações a depender dos seus municípios de residência. A Figura 9 apresenta a taxa média de acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) por três anos ou mais entre 2015 e 2019 segundo a

Unidade Federativa de residência. Destaca-se que os municípios das Unidades Federativas pertencentes às porções Norte e Nordeste do país apresentam taxa média abaixo da nacional, de 29%, enquanto o oposto é observado para municípios localizados em Unidades Federativas das regiões centro-sul.

Ainda podemos observar na Figura 10 a distribuição dos municípios de residência por região de origem dos beneficiários segundo a taxa de acesso ao mercado formal de trabalho durante três anos ou mais entre 2015 e 2019.²² A proporção de municípios com taxa de acesso ao mercado formal de trabalho abaixo da média nacional, de 29%, é maior que 95% na região Nordeste, enquanto o exato oposto é observado na região Sul, onde menos de 5% dos municípios apresentam uma proporção inferior à média nacional. Na região Norte somam cerca de 87%, enquanto na Sudeste e na Centro-Oeste, chegam a cerca de 20% deles abaixo da média nacional apenas. Novamente, pode-se observar que não só as diferentes características dos indivíduos afetam sua capacidade de mobilidade social, mas também as características das áreas que residem.

Figura 9: Taxa de acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) por três anos ou mais entre 2015 e 2019 segundo a Unidade Federativa

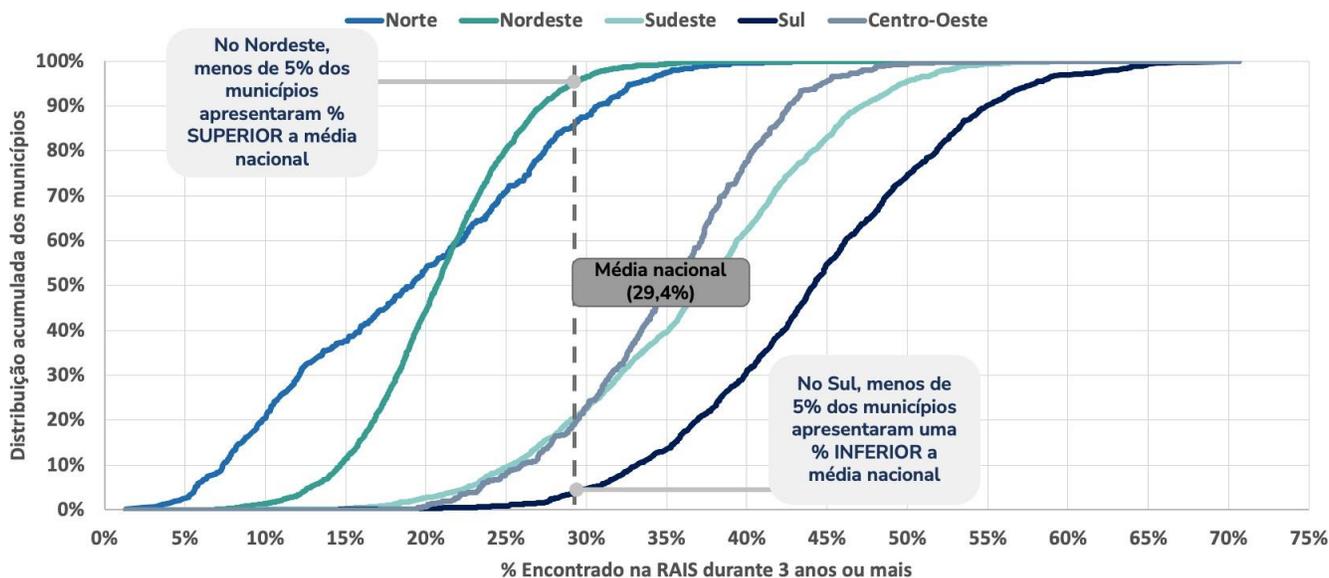


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Os extremos das distribuições por grupos de características dos municípios podem ser observados na Tabela 7 que traz os municípios com as cinco maiores e as cinco menores taxas de entrada na RAIS por três anos ou mais entre 2015 e 2019. É interessante observar que a dimensão de porte dos municípios por número de habitantes apresenta maior variabilidade entre grupos do que a dimensão regiões do Brasil. Enquanto a diferença entre a maior, Mato Leitão no Rio Grande do Sul, e a menor, Santa Rosa do Purus no Acre, taxas de municípios com até 20 mil habitantes é de 69,4

²²Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

Figura 10: Distribuição dos municípios por região de origem segundo o acesso ao mercado formal de trabalho durante 3 anos ou mais entre 2015 e 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

pontos percentuais, a mesma medida é de apenas 37,5 pontos percentuais para municípios com mais de 500 mil habitantes, Uberlândia em Minas Gerais e Belém do Pará respectivamente. Por regiões, as centro-sul apresentam taxas mais elevadas tanto para as maiores quanto para as menores com relação às regiões Norte e Nordeste novamente.

Finalmente, a Figura 11 apresenta as maiores e menores taxas de entrada na RAIS por Unidade Federativa. Destaque para a diferença do nível que essas apresentam de acordo com as Unidades Federativas e as regiões do Brasil, com as menores taxas municipais nos estados de São Paulo e Santa Catarina estando próximas das máximas de Roraima, Amazonas, Acre e Amapá.

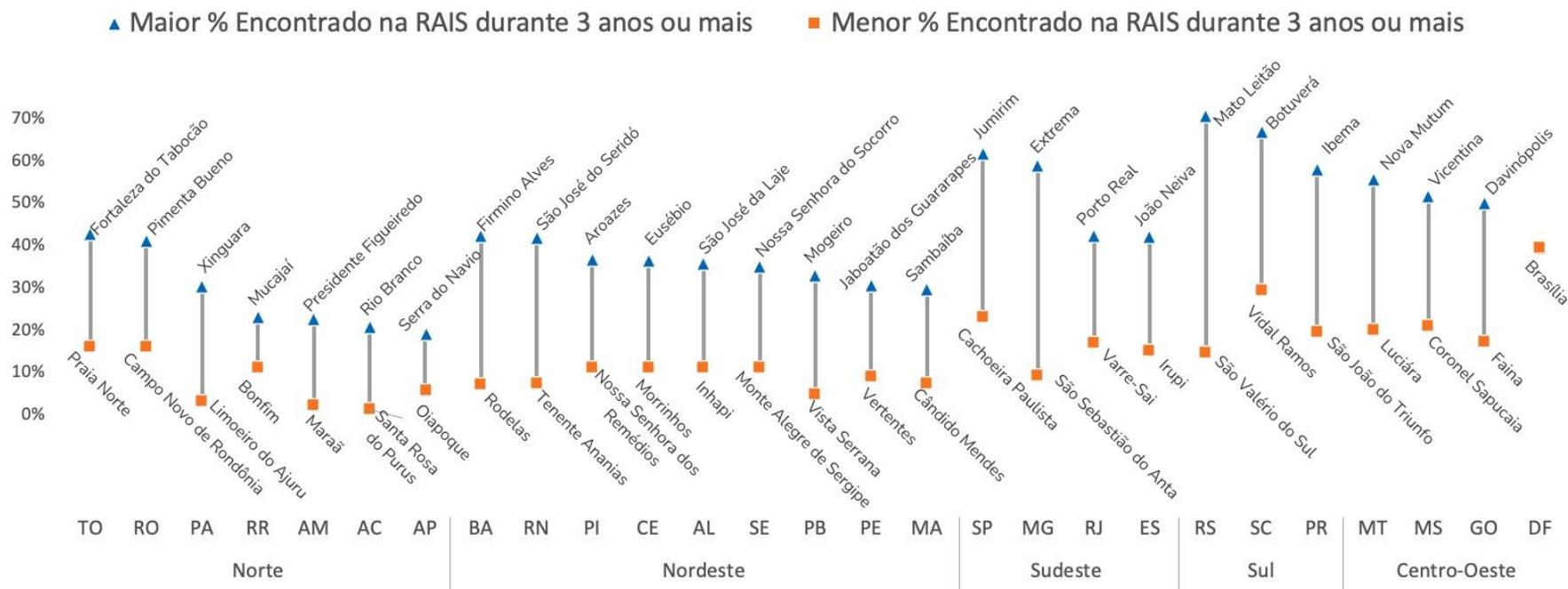
Tabela 7: Maiores e Menores taxas de beneficiários dependentes em 2005 encontrados na RAIS por três anos ou mais nos municípios entre 2015 e 2019 por característica do município

											<i>Por região do Brasil</i>									
											Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
Ordem	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa	Município	Taxa						
1ºMaior	TO - Fortaleza do Tabocão	42,8%	BA - Firmino Alves	42,4%	SP - Jumarim	61,8%	RS - Mato Leitão	70,7%	MT - Nova Mutum	55,7%										
2ºMaior	RO - Pimenta Bueno	41,0%	RN - São José do Seridó	41,7%	SP - Taguaí	61,5%	RS - Serafina Corrêa	69,9%	MS - Vicentina	51,7%										
3ºMaior	RO - Primavera de Rondônia	38,9%	BA - Guajeru	37,3%	MG - Extrema	58,8%	RS - Bom Retiro do Sul	67,9%	GO - Davinópolis	50,0%										
4ºMaior	TO - Lajeado	38,1%	PI - Aroazes	36,6%	MG - Varjão de Minas	58,4%	SC - Botuverá	66,9%	GO - Portelândia	49,0%										
5ºMaior	TO - Juarina	37,6%	CE- Eusébio	36,3%	SP - Araçariguama	58,3%	SC - Luzerna	66,1%	MS - Aparecida do Taboado	48,5%										
1ºMenor	AC - Santa Rosa do Purus	1,3%	PB - Vista Serrana	4,7%	MG - São Sebastião do Anta	9,4%	RS - São Valério do Sul	14,6%	GO - Faina	17,1%										
2ºMenor	AM - Maraã	2,4%	BA - Rodelas	6,9%	MG - Pedra Bonita	11,7%	PR- São João do Triunfo	19,5%	GO - Simolândia	19,5%										
3ºMenor	PA - Limoeiro do Ajuru	3,1%	PB - Salgadinho	7,1%	MG - Alto Caparaó	13,0%	RS - Dom Feliciano	19,9%	GO - Hidrolina	19,8%										
4ºMenor	PA - Muaná	3,3%	RN - Tenente Ananias	7,5%	MG - Chalé	15,0%	RS - São José do Inhacorá	20,5%	GO - Flores de Goiás	20,1%										
5ºMenor	PA - Bagre	3,6%	MA - Cândido Mendes	7,6%	ES - Irupi	15,1%	RS - Arroio do Padre	21,1%	MT - Luciára	20,1%										
											<i>Por porte do município em número de habitantes</i>									
											Até 20 mil hab.		>20 mil até 50 mil hab.		>50 mil até 200 mil hab.		>200 mil até 500 mil hab.		>500 mil hab.	
1ºMaior	RS - Mato Leitão	70,7%	SC - Pomerode	65,2%	SC - Rio do Sul	57,4%	SC - Blumenau	56,6%	MG - Uberlândia	49,4%										
2ºMaior	RS - Serafina Corrêa	69,9%	SC - Timbó	64,0%	RS - Lajeado	57,3%	MG - Divinópolis	53,2%	SP - Campinas	44,8%										
3ºMaior	RS - Bom Retiro do Sul	67,9%	RS - Carlos Barbosa	63,2%	SC - São Bento do Sul	56,6%	SP - Jundiá	52,8%	MG - Belo Horizonte	43,9%										
4ºMaior	SC - Botuverá	66,9%	RS - Três Coroas	60,4%	SC - Jaguará do Sul	56,6%	SC - Joinville	51,7%	PR - Curitiba	43,8%										
5ºMaior	SC - Luzerna	66,1%	RS - Guaporé	59,5%	RS - Vacaria	55,8%	PR - Cascavel	50,8%	SP - São Bernardo do Campo	43,5%										
1ºMenor	AC - Santa Rosa do Purus	1,3%	AM - Maraã	2,4%	PA - Igarapé-Miri	5,4%	AP - Macapá	16,8%	PA - Belém	11,9%										
2ºMenor	PA - Bagre	3,6%	PA - Limoeiro do Ajuru	3,1%	PA - Cametá	6,2%	PA - Santarém	17,6%	AM - Manaus	20,0%										
3ºMenor	PB - Vista Serrana	4,7%	PA - Muaná	3,3%	PA - Viseu	7,3%	AC - Rio Branco	20,7%	AL - Maceió	24,2%										
4ºMenor	PA - Faro	4,9%	PA - Oeiras do Pará	3,9%	AM - Coari	7,3%	PA - Ananindeua	21,4%	BA - Feira de Santana	24,4%										
5ºMenor	AM - Santa Isabel do Rio Negro	5,4%	PA - Porto de Moz	4,1%	PA - Breves	9,2%	BA - Juazeiro	22,2%	PE - Recife	25,2%										

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A taxa de encontrados na RAIS em nível municipal é dada pela proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que foram observados por três anos ou mais na RAIS entre os anos de 2015 e 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

Figura 11: Municípios com maiores e menores taxas de acesso ao mercado formal de trabalho (RAIS) por três anos ou mais entre 2015 e 2019 por UF



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A taxa de encontrados na RAIS em nível municipal é dada pela proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2015 que foram observados por três anos ou mais na RAIS entre os anos de 2015 e 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2015 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

7 Condições de acesso ao mercado formal de trabalho

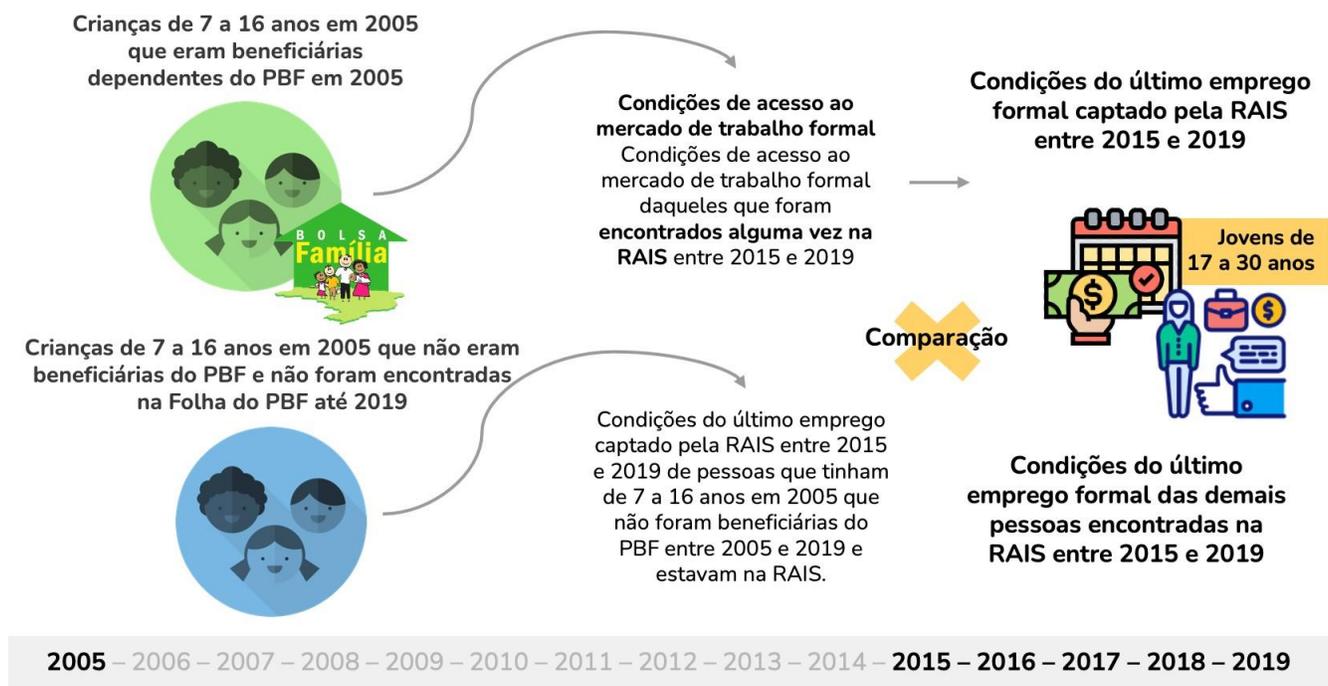
As análises anteriores apontam uma significativa melhora socioeconômica dos beneficiários dependentes do PBF após mais de uma década do programa. Uma significativa parcela das crianças pobres e extremamente pobres com idade entre 7 e 16 anos em 2005 apresentaram não só uma emancipação futura de programas sociais - saídas do CadÚnico, como também ingressaram no mercado formal de trabalho - entradas na RAIS. Esses indicadores são sugestivos de que uma geração de menores beneficiários do PBF entraram na vida adulta com situação socioeconômica melhor do que na sua fase infantojuvenil.

Elas, no entanto, não são capazes de determinar o quanto a trajetória de vida dos beneficiários do PBF se diferenciaram do restante da população brasileira, mais especificamente dos não beneficiários do programa. Nas próximas seções, apresentamos indicadores adicionais que corroboram a ideia de que, apesar de não diretamente observado, há significativos indícios de que os beneficiários do PBF apresentaram mobilidade social no período analisado devido a participarem do programa.

7.1 Caracterização da análise

Começamos por analisar as condições de acesso ao mercado formal de trabalho dos beneficiários dependentes com 7 a 16 anos em 2005. A questão de interesse, expressa na Figura 12, é dada por uma comparação com a média das características do emprego da população brasileira não beneficiária do PBF, a saber: nível de remuneração, qualidade da ocupação, tempo de emprego e porte da empresa a qual se inseriram. Mais especificamente, identificados aqueles que acessaram o emprego formal captado pela RAIS, comparamos os beneficiários dependentes do PBF com as pessoas da mesma faixa etária, com 17 a 30 anos de idade, encontradas na RAIS entre 2015 e 2019, que não eram identificadas como pobres em 2005 e não fizeram parte do PBF até 2019.

Figura 12: Questão de interesse: Comparação entre as condições de acesso ao mercado formal de trabalho dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e o restante da população.



Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre esses dois grupos heterogêneos da população deve levar em consideração características prévias dos indivíduos possivelmente relacionadas com as variáveis de mercado de trabalho analisadas. A Tabela 8 apresenta características médias dos beneficiários dependentes do PBF em nosso grupo de interesse e o grupo de comparação. Podemos notar que a proporção de homens era cerca de 16 pontos percentuais maior no grupo de beneficiários que acessaram o mercado formal de trabalho com relação aos não beneficiários. Além disso, a proporção de negros beneficiários encontrados no mercado formal de trabalho era cerca de 13 pontos percentuais maior do que a dos não beneficiários, que tinham brancos como grupo majoritário ao contrário. Por fim, observamos que o grupo de beneficiários com ensino superior era cerca de 12 pontos percentuais inferior ao dos não beneficiários.

Ao compararmos essas informações com as características gerais do grupo de interesse, apresentadas na Figura 2, corroboramos fatos estilizados da literatura de mercado de trabalho. Observamos que mulheres, negras e com menor escolaridade são as pessoas que apresentam maior dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho. Ainda podemos ir além, observamos que para a população na base da pirâmide social brasileira, beneficiários do PBF, uma proporção quase quatro vezes menor de pessoas que acessaram o mercado de trabalho não possuíam o ensino superior, quando comparados com a média da população brasileira não beneficiária. Tais características dos grupos analisados se relacionarão diretamente com as condições que acessam o mercado formal de trabalho.

Tabela 8: Características dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e do grupo de não beneficiários com mesma faixa etária encontrados na RAIS entre 2015 e 2019

Característica	Beneficiários (i)	Não beneficiários entre 2005 e 2019 (j)	Diferença (i-j)
Total de pessoas	5.195.203	13.174.588	
<i>Por faixa etária em 2005</i>			
07 a 09 anos	25,9%	24,5%	1,4%
10 a 16 anos	74,1%	75,5%	-1,4%
<i>Por sexo</i>			
Homem	58,6%	42,8%	15,8%
Mulher	41,4%	57,2%	-15,8%
<i>Por cor ou raça</i>			
Amarela	0,5%	0,6%	-0,1%
Branca	34,9%	44,1%	-9,2%
Indígena	0,2%	0,2%	0,0%
Negra	46,8%	33,9%	12,9%
Não definido	17,5%	21,3%	-3,8%
<i>Por escolaridade</i>			
Fundamental Anos Iniciais incompleto ou menos	2,1%	0,9%	1,2%
Fundamental Anos Iniciais completo	1,8%	0,8%	1,0%
Fundamental Anos Finais incompleto	5,7%	2,6%	3,1%
Fundamental Anos Finais completo	19,7%	13,8%	5,9%
Médio completo	66,1%	65,3%	0,8%
Superior completo ou mais	4,6%	16,5%	-11,9%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

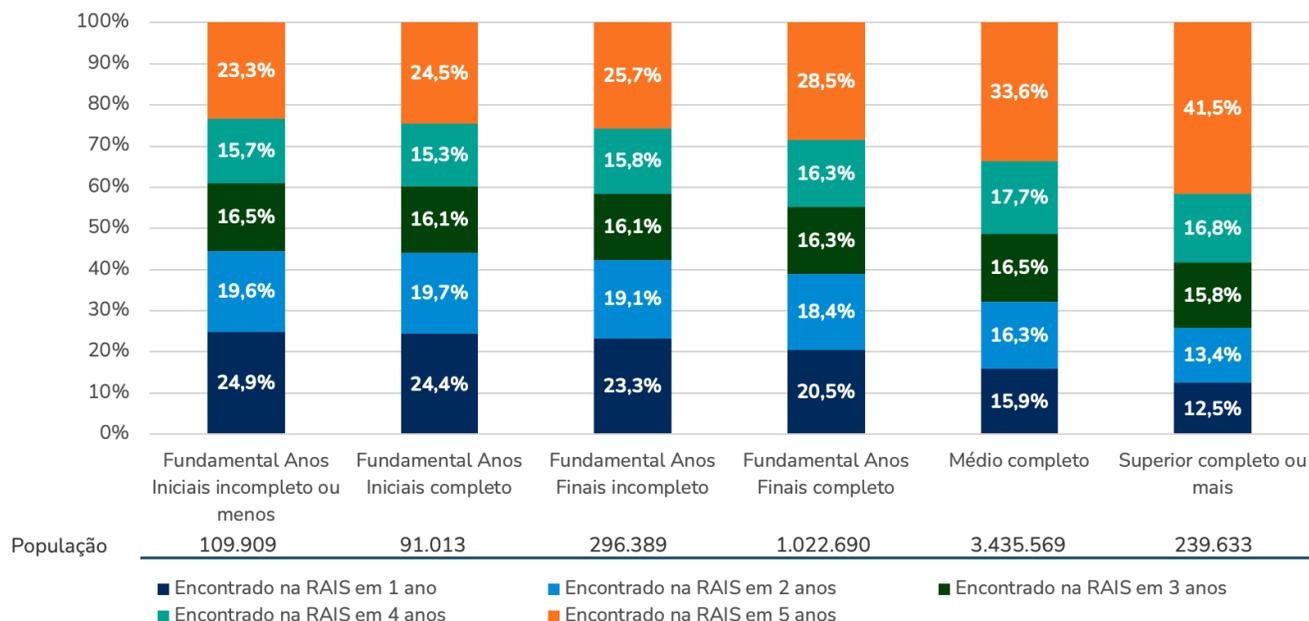
A relação entre escolaridade e acesso ao mercado formal de trabalho se demonstra de significativa importância. Desse modo, a Figura 13 apresenta a distribuição dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 por quantidade de vezes que foram encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 segundo a escolaridade. Podemos notar que a maioria dos beneficiários quando observados entre 2015 e 2019 apresentavam Ensino Médio completo ou Fundamental Anos Finais completo. Além disso, o fato estilizado de que quanto maior a escolaridade, maior o número de anos que foram observados com emprego formal, ou seja, maior estabilidade no emprego. Enquanto 29% das pessoas com Fundamental completo foram encontradas durante todos os anos analisados, esse percentual foi de 42% entre aqueles com Superior completo.

7.2 Condições de acesso ao emprego

Considerando tais características, começamos as comparações das características do emprego entre os grupos propostos pela Figura 14, que apresenta a distribuição dos níveis de renda em salários mínimos e em faixas de linha de pobreza. Pode-se observar que uma significativa parcela do grupo de beneficiários que acessam o mercado formal de trabalho se inserem em ocupações de menor remuneração, com mais da metade recebendo entre 1,01 a 1,50 salários mínimos.

Ainda se olharmos apenas para indivíduos com ensino Superior completo e compararmos o nível

Figura 13: Distribuição dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 por quantidade de vezes encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 segundo a escolaridade



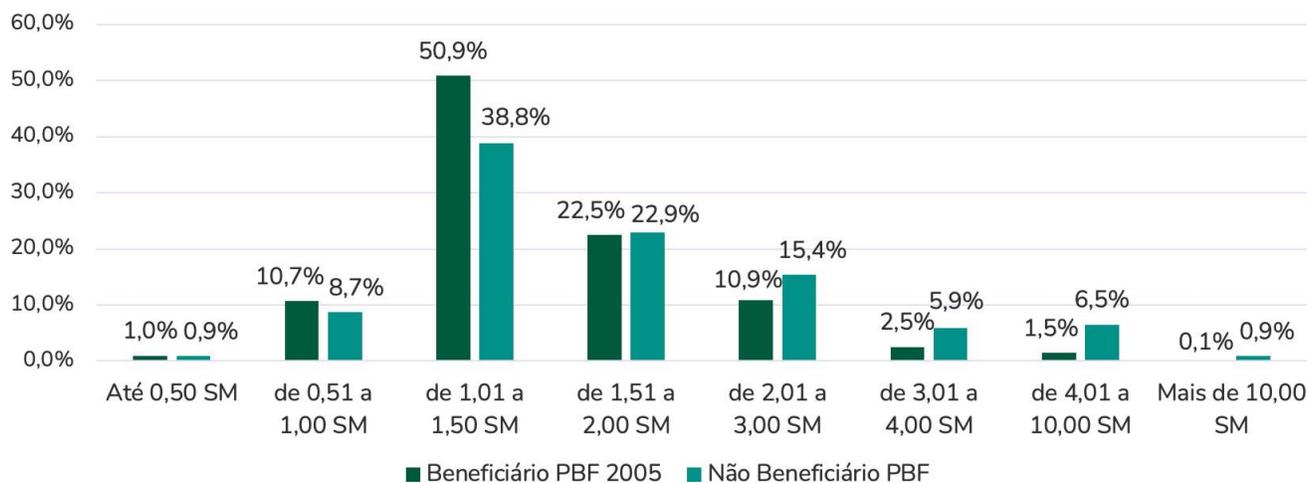
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

de remuneração daqueles que foram beneficiários e dos que não foram, Figura 26 do Apêndice A, é notável que o rendimento médio é menor para aqueles: 54% dos que foram beneficiários recebiam até 2 salários mínimos, enquanto esse percentual era de 34% para não beneficiários. Os que recebiam acima de quatro salários mínimos totalizaram 12% e 29% entre beneficiários e não beneficiários, respectivamente. Esse fato corrobora a ideia de que há outras barreiras de acesso a melhores empregos e remunerações além da escolaridade. A literatura evidencia que o preconceito racial, de gênero e de origem social são fatores de significativa relevância para entendermos tais barreiras de acesso ao mercado de trabalho.

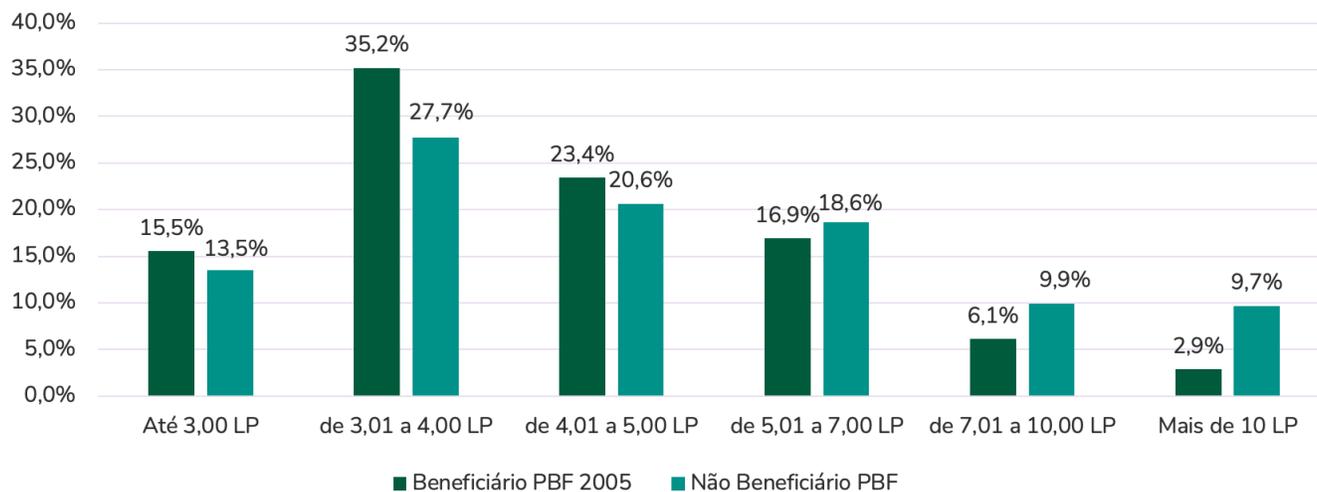
De forma similar, a Figura 15 apresenta a comparação entre a posição nos quintos da distribuição da remuneração do trabalho nacional dado pela PNADC e pela RAIS entre os grupos. Cabe destacar que quanto maior o quinto da distribuição, maior o salário recebido. Pode-se observar que o grupo de beneficiários se concentra nos quintos menores da distribuição, enquanto o grupo de não beneficiários apresenta participação significativamente superior nos quintos mais elevados. Novamente, as diferenças de características sociodemográficas dos grupos pode ajudar a explicar as diferenças observadas.

Outro indicador relevante para a análise de mobilidade social é apresentado na Figura 16. O tempo de permanência no emprego formal pode representar uma emancipação consolidada dos indi-

Figura 14: Comparação entre os níveis de remuneração dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019



(a) Renda em salários mínimos



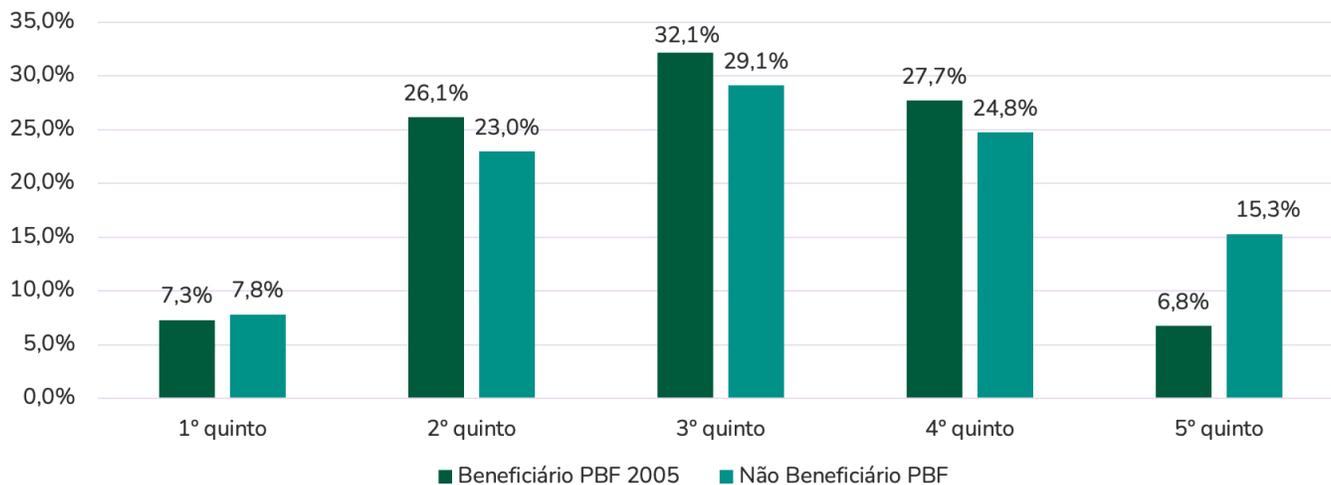
(b) Renda em faixas de linha de pobreza

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

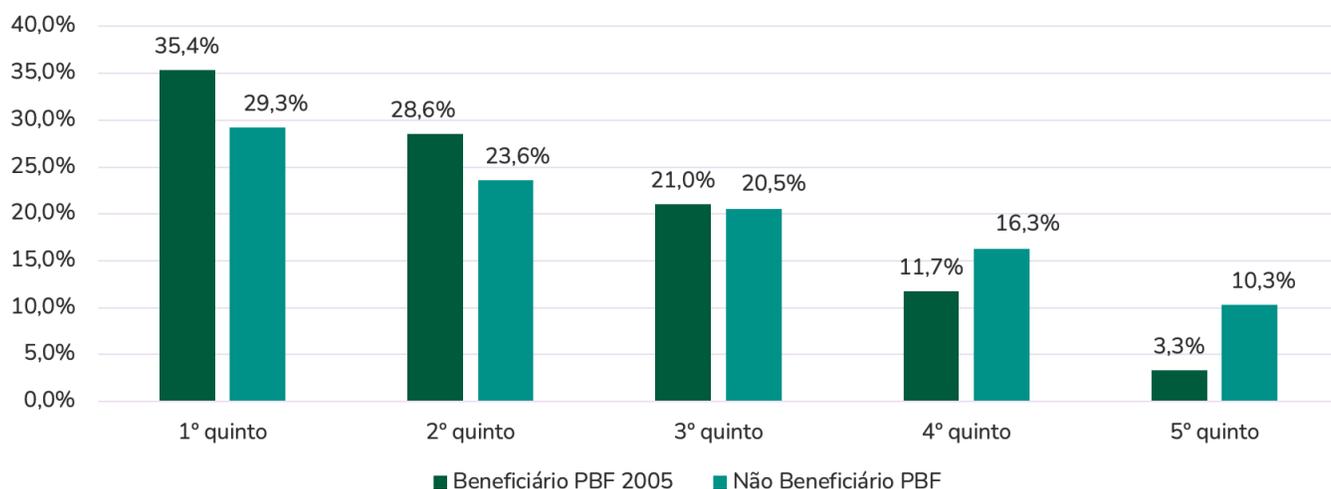
Nota: Os valores monetários tiveram como base o ano de 2019. As linhas de pobreza foram regionalizadas para áreas rurais e urbanas das Unidades Federativas e das regiões metropolitanas, variando entre R\$ 268,52 e R\$ 434,09. O valor do salário mínimo nacional em 2019 era de R\$ 998,00.

víduos de programas sociais, pois passaram a ter uma renda média superior a da pobreza e extrema pobreza de maneira sustentada. Pode-se observar menores diferenças entre o tempo de permanência no emprego entre os grupos comparados, apesar de uma maior concentração dos não beneficiários no topo de maior tempo de permanência no emprego. Esse fato pode ser interpretado pela ótica de que aspectos conjunturais influenciam mais o tempo de permanência no emprego do que aspectos estruturais, conforme observados nos gráficos anteriores.

Figura 15: Comparação entre a posição nos quintos da distribuição da remuneração do trabalho nacional dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019



(a) Distribuição da remuneração com base na PNADC



(b) Distribuição da remuneração com base na RAIS

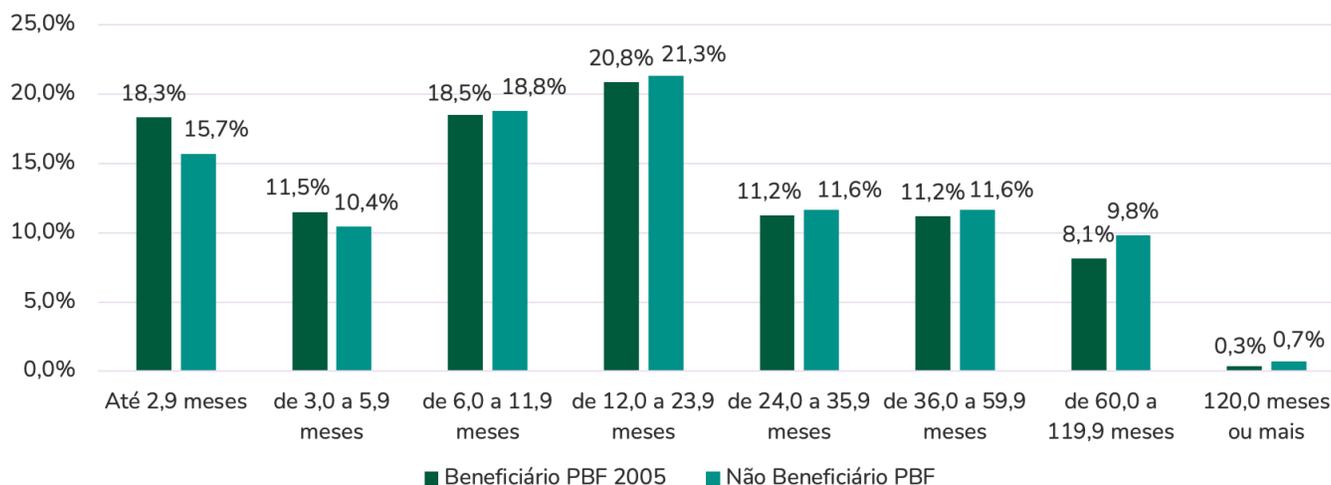
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente. Além dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo IBGE.

Nota: O valor da remuneração recebida é diretamente proporcional à posição na distribuição de quintos do trabalho nacional, ou seja, quintos maiores contém indivíduos com maior remuneração.

O setor de atividade econômica e o porte das empresas as quais os indivíduos se inserem podem auxiliar a compreensão das diferenças observadas. A Figura 17 apresenta o porte da empresa empregadora dos setores de indústria, comércio e serviços para os grupos de comparação, além dos setores destacados da agropecuária e da administração pública.²³ Pode-se observar uma distribuição

²³A Tabela 13 do Apêndice A apresenta a metodologia utilizada para a definição de porte das empresas por setor

Figura 16: Comparação entre o tempo de permanência no último emprego dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

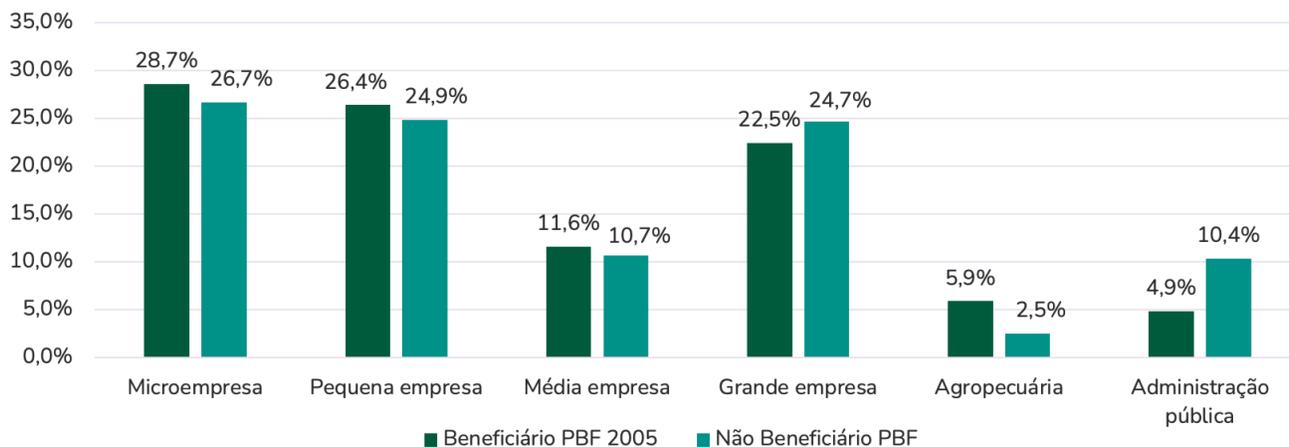
muito similar entre o grupo de beneficiários e não beneficiários nos setores de comércio, indústria e serviços. No entanto, há significativas diferenças quanto a maior inserção dos beneficiários no setor de agropecuária enquanto os não beneficiários tem maior predominância na administração pública.

Outro aspecto relevante é como diferentes níveis de escolaridade afetam o emprego em diferentes setores, Figura 27 do Apêndice A. Observamos que uma maior escolarização desloca beneficiários e não beneficiários das microempresas, elevando, principalmente, a ocupação na administração pública. Diferenças relevantes ocorrem entre aqueles com ensino fundamental completo, em que é possível verificar maior atuação dos beneficiários (8,8%) em atividades de Agropecuária, em relação aos não beneficiários (4,7%). Ainda, uma menor atuação relativa em atividades da Administração pública: 3,2% dos beneficiários estão nessa atividade, enquanto dos não beneficiários são 15,8%. Por fim, para aqueles com ensino superior completo, a maior concentração dos beneficiários está na administração pública (27%) e a maior concentração de não beneficiários está em empresas de grande porte (30%).

Por fim, a Figura 18 apresenta um indicador de qualidade do emprego entre os grupos de comparação. Enquanto praticamente metade dos beneficiários estão entre o primeiro e o segundo quintos de ocupações de menor qualidade do emprego, apenas 32% dos não beneficiários encontram-se nas mesmas. Ainda, se considerarmos o último quinto das ocupações com maior qualidade, enquanto apenas 2,2% dos beneficiários estão nelas, esse percentual é de 9,4% entre os não beneficiários.

econômico de atuação.

Figura 17: Comparação entre o porte da empresa empregadora por setor de atividade econômica dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: As categorias de porte correspondem aos setores de comércio, indústria e serviços da atividade econômica, foi utilizada como referência a metodologia apresentada no Anuário do trabalho na micro e pequena empresa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do ano de 2013.

8 Afinal, observamos uma mobilidade social dos indivíduos?

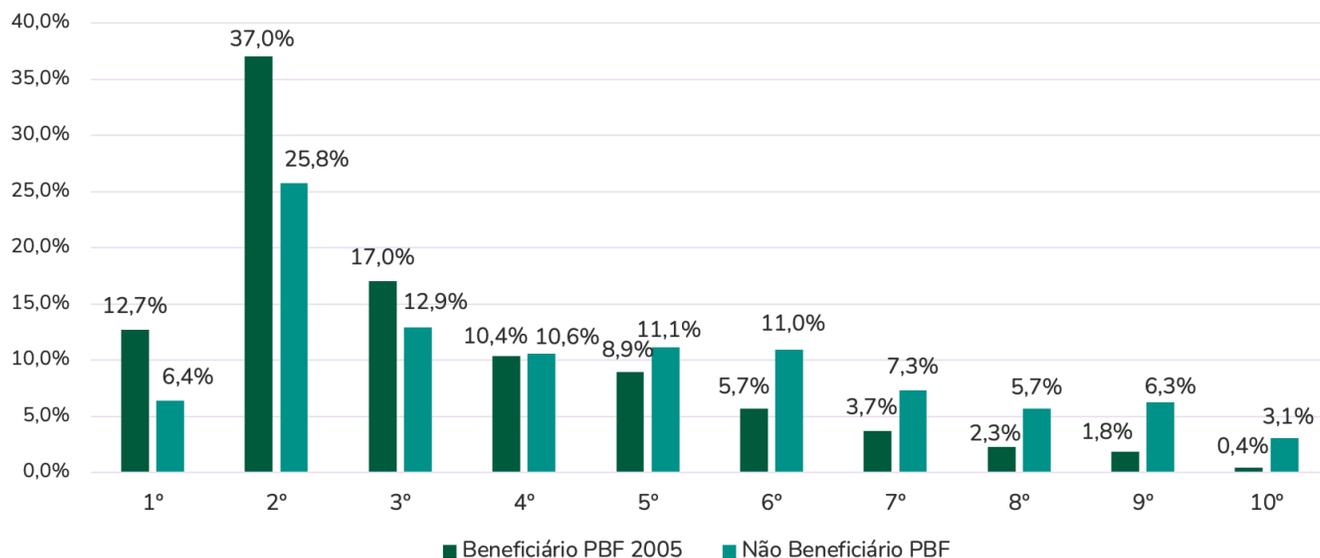
Até aqui, trabalhamos com a definição de mobilidade social apresentada na Seção 2, compreendendo aqueles indivíduos que de forma estrutural conseguiram sair da pobreza e têm baixa probabilidade de a ela voltar. As garantias empregatícias do trabalho formal contínuo no Brasil é importante forma garantidora de que essas famílias estejam em situação melhor, com renda superior a das faixas de pobreza e extrema pobreza.

Dessa forma, nesta seção procuramos compreender como a taxa de indivíduos fora do CadÚnico se relaciona com a taxa de indivíduos encontrados no mercado formal de trabalho; além de realizar uma análise de o quanto os indivíduos estão em situação melhor que a de seus responsáveis, titulares dos benefícios em 2005.

8.1 Correlação entre os indicadores sugestivos de mobilidade social

A Figura 19 apresenta a relação entre a emancipação de programas sociais do governo federal e o emprego em trabalho formal em nível municipal, dada pela correlação entre as taxas médias de indivíduos que apareceram na RAIS em algum ano entre 2015 e 2019 e não constavam no CadÚnico em 2019. Nota-se uma correlação positiva entre a medida proveniente do CadÚnico e as da RAIS. A análise sugere que, de fato, os indivíduos emancipados de programas sociais do governo federal tam-

Figura 18: Comparação entre a qualidade do emprego dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019

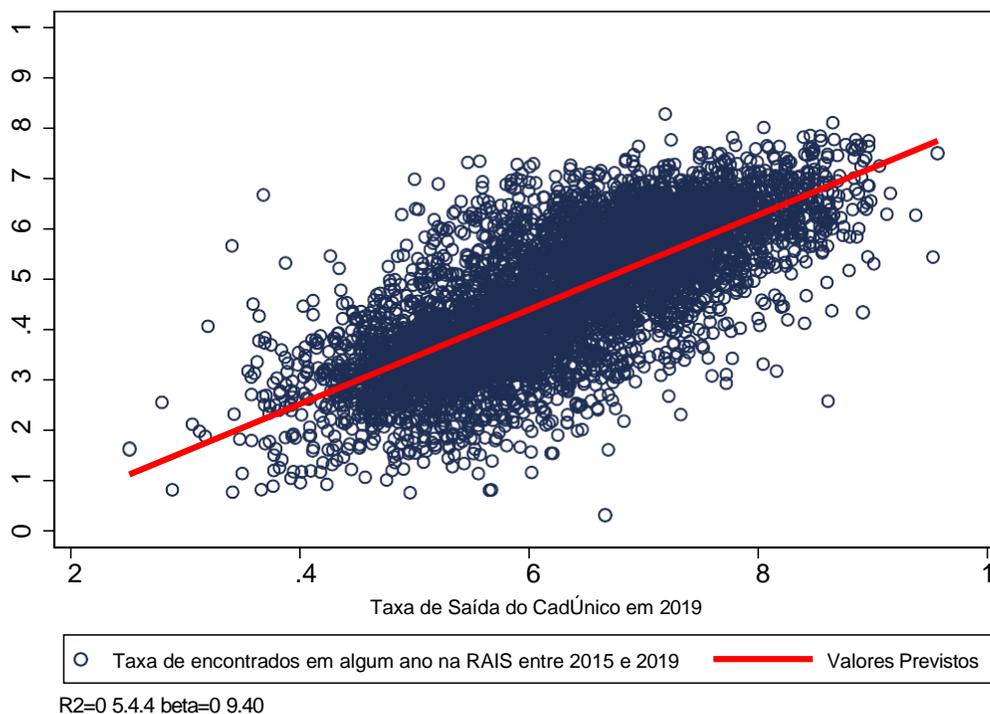


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A partir da média entre a remuneração média e a proporção de pessoas ocupadas com ensino superior em cada combinação de atividade econômica (CNAE 2.0 2 dígitos) e ocupação (CBO 2002 4 dígitos), foi realizada a ordenação crescente dos resultados dessas combinações e definidos 10 grupos de qualidade da atividade econômica-ocupação, os decis da distribuição. Assim, o 1º grupo é formado pelas atividades econômicas-ocupações de menor “qualidade” e o 10º grupo pelas de maior “qualidade”, considerando o critério proposto.

bém possuem alta probabilidade de estarem inseridos no mercado formal de trabalho; corroborando a ideia de que a última medida sugestiva de mobilidade social justifica e sustenta o sugerido pela primeira.

Figura 19: Relação entre as taxas médias de indivíduos “estarem fora do CadÚnico” em 2019 e “serem encontrados em algum momento na RAIS” entre 2015 e 2019 em nível municipal



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A taxa de encontrados na RAIS (saídas do CadÚnico) em nível municipal é dada pela proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que foram observados por três anos ou mais na RAIS entre os anos de 2015 e 2019 (não constavam no CadÚnico em 2019). Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados. Valores previstos mostra a relação linear entre as variáveis de interesse e é resultante do processo de otimização matemática (MQO) que visa encontrar o melhor ajuste para o conjunto de dados tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados.

8.2 Mobilidade intergeracional

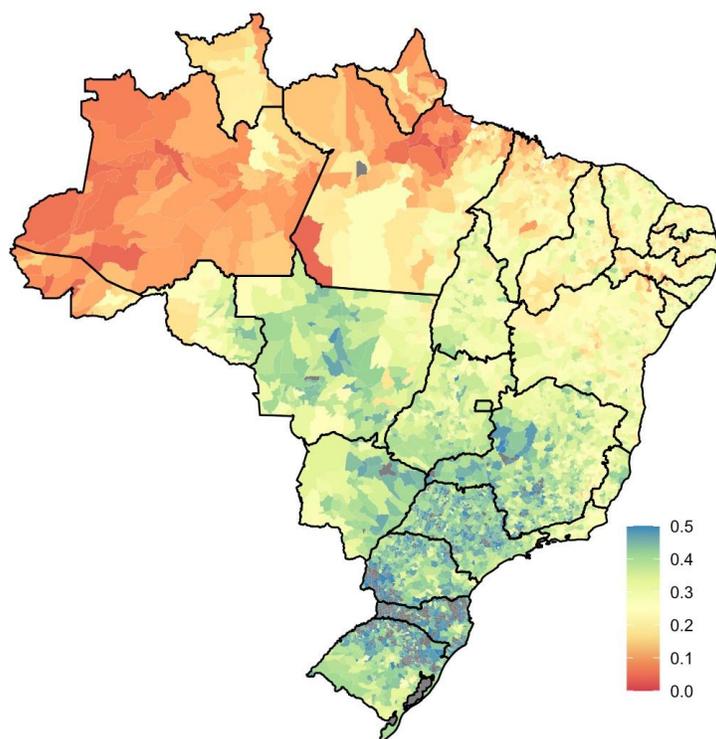
A mobilidade intergeracional dos indivíduos busca comparar as condições socioeconômicas das gerações presentes com a de seus pais ou responsáveis no passado. Neste estudo utilizamos uma *proxy* ao compararmos os rendimentos dos pais (titulares) no passado com o dos filhos (dependentes) anos depois. Destaca-se que é uma medida capaz de analisar apenas trabalhadores formalizados, pois realizamos a comparação com os dados da RAIS, e não é capaz de observar diferenças específicas do ciclo de vida dos indivíduos, assim, de seu estágio no mercado de trabalho, dado que a comparação não segue parâmetros de idade. Além de mudanças estruturais do mercado de trabalho, como a valorização real do salário mínimo ao longo do período. Em todo caso, podemos observar que há

uma sugestiva mobilidade social dos indivíduos em diversas regiões brasileiras. Observamos que os filhos (dependentes), logo quando acessaram o mercado de trabalho no início da fase adulta, recebem melhor remuneração que seus responsáveis (titulares) no passado.

Novamente, partimos dos indivíduos no CadÚnico de 2012, com idade entre 16 e 20 anos. Desses indivíduos, observamos aqueles que apresentavam na RAIS de 2018 remuneração superior a dos seus titulares na RAIS de 2012. O indicador de mobilidade intergeracional é dado pela fração em nível municipal de indivíduos em 2018 que recebiam remuneração maior do que os titulares dos seus benefícios quando em 2012.

A Figura 20 mostra essa fração para os municípios brasileiros. Podemos notar um padrão de mobilidade intergeracional dos beneficiários muito similar ao observado pelos indicadores sugestivos de mobilidade social nas seções anteriores. Isto é, podemos observar que as mesmas regiões do país em que há uma maior emancipação futura dos beneficiários do PBF, também há uma maior inserção deles no mercado de trabalho, com remuneração superior a que os seus responsáveis recebiam no passado.

Figura 20: Proporção de indivíduos por município que ganhavam na RAIS de 2018 mais do que os titulares do PBF em 2012.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A fração em nível municipal é dada pelos indivíduos na RAIS de 2018 que recebiam remuneração maior do que os titulares dos seus benefícios quando na RAIS de 2012.

9 Determinantes da Mobilidade Social nos municípios

As seções anteriores evidenciam que as características populacionais e locais dos municípios de residência dos beneficiários do PBF são altamente correlacionadas com suas capacidades de mobilidade social. Esta seção busca aprofundar essa análise a partir de estimativas de quais e o quanto as características dos municípios contribuem para as diferenças em mobilidade social alcançadas nos municípios brasileiros.

9.1 Metodologia

Estima-se um conjunto de regressões em nível de municípios tendo como variável dependente a fração de indivíduos no município que apresentaram indicadores sugestivos de mobilidade social no período estudado; como variáveis explicativas, um conjunto de variáveis demográficas e socioeconômicas dos municípios medido no ano da coorte de interesse, 2005, ou anteriormente, 2000 - obtido a partir do Censo, visando mitigar possíveis problemas de endogeneidade contemporânea à implementação do PBF. O conjunto de variáveis explicativas inclui os grupos de gestão municipal, demográficas, econômicas, educação de jovens e adultos e saúde.

Como a variável dependente analisada é dada por uma fração do agregado de pessoas no município, aqueles pertencentes à coorte de interesse, optou-se por utilizar um modelo logístico fracionário (*fraclogit*) (Papke and Wooldridge, 1996). Os parâmetros de interesse, i.e., o quanto os grupos de características dos municípios explicam a mobilidade social observada, são estimados por método de quase-verossimilhança seguindo o modelo econométrico de forma reduzida:

$$MOB_m = F(X_m \beta) \quad (1)$$

em que a variável dependente, MOB_m , pode ser considerada de duas formas complementares: (i) fração de dependentes que estão fora do CadÚnico em 2019; (ii) fração de dependentes que são encontrados na RAIS entre 2015-2019. As variáveis explicativas, X_m , são medidas no ano da coorte de interesse, 2005, ou anteriormente, 2000 - quando obtida a partir do Censo. Tais variáveis foram divididas nos seguintes blocos²⁴: Demográficas, Econômicas, Educação de Adultos, Educação de Jovens, Saúde e outros controles (incluindo Cobertura inicial do PBF/CadÚnico). Todas as variáveis explicativas são normalizadas²⁵, de modo a possibilitar uma comparação relativa da relevância de cada fator explicativo. No modelo da Equação 1, os β 's representam a importância relativa de cada fator explicativo, mantendo todos os demais constantes.

Na construção do modelo seguimos duas abordagens. Primeiramente, usamos todas as variáveis dos cinco grupos simultaneamente como explicativas. Como robustez, adotamos uma estratégia na qual primeiramente usamos todas as variáveis dentro de cada grupo para compor um índice

²⁴A Tabela 14 do apêndice contém uma lista completa de variáveis disponibilizadas.

²⁵subtrai-se a média e divide-se o resultado pelo desvio padrão das mesmas

(representativo do grupo) via uma Análise de Componentes Principais (PCA) e depois incluímos o PCA de cada grupo como variável explicativa do modelo. Por fim, estimamos o “Escore de Propensão”, via modelo *fraclogit*, e computamos a previsão e os resíduos para cada município. Todos os modelos são estimados no agregado e por quintis da variável dependente.

9.2 Resultados

Visando entender a relação entre saída do CadÚnico e seus possíveis determinantes, a Tabela 9 apresenta as médias das variáveis explicativas do modelo por quintis da variável dependente, i.e. a probabilidade de estar fora do CadÚnico. De forma similar, a Tabela 10 apresenta as médias das variáveis explicativas do modelo por quintis da probabilidade de estar no mercado formal de trabalho, i.e. aparecer na RAIS entre os anos de 2015 e 2019.

Estima-se que melhores estruturas de saúde e educação são importantes fatores sugestivos de maior mobilidade social dos indivíduos nos municípios. Por exemplo, há significativa variação das taxas médias desses indicadores, como analfabetismo e proporção de domicílios com banheiro e água encanada, entre os grupos de municípios por quintis das variáveis dependentes. Isso reflete o quanto a variação de tais características estão correlacionadas com a capacidade de mobilidade social dos indivíduos nos municípios. De fato, observa-se que menores taxa de analfabetismo estão associadas com maior mobilidade social, assim como maiores taxas de cobertura de saneamento básico dos municípios.

A análise dos resultados anteriores apontam uma mesma direção e, até mesmo, semelhantes magnitudes das relações entre características médias dos municípios com os indicadores sugestivos de mobilidade social. De fato, a saída dos indivíduos do cadastro de programas sociais do governo federal pode ser explicada, com alta probabilidade, por uma inserção desses no mercado de trabalho dadas as condicionalidades de renda existentes, conforme observamos na Figura 19.

9.3 Saída do CadÚnico Prevista e Residual

Na tabela Tabela 9, pudemos observar como as características dos municípios se relacionam com a fração de indivíduos do grupo de interesse fora do CadÚnico em 2019. A Figura 21 apresenta o quanto tais características explicam maiores e menores taxas de saída do cadastro em 2019 no território. Os mapas superiores apresentam as análises em que cada característica é listada individualmente e os inferiores utilizam uma Análise de Componentes Principais (PCA), na qual incluímos o PCA de cada grupo como variável explicativa do modelo apenas.

Podemos observar significativa heterogeneidade entre as regiões do Brasil novamente. Enquanto maiores taxas de mobilidade são observadas em municípios das regiões centro-sul do país, que podem ser previstas por melhores indicadores socioeconômicos locais, aqueles das regiões Norte e Nordeste apresentam reduzidas taxas dos indicadores sugestivos de mobilidade social, previstas por piores

Tabela 9: Média das variáveis explicativas do modelo por quintis da variável “fração fora do CadÚnico em 2019”

Variáveis	Geral média	Q 1 média	Q 2 média	Q 3 média	Q 4 média	Q 5 média
— Variável Dependente						
Taxa de saída do CadÚnico ajustada	0.63	0.48	0.56	0.63	0.70	0.78
— Variável de Gestão						
Cobertura do censo para idades entre 7 a 16 anos	1.05	0.83	0.88	1.02	1.17	1.36
— Variáveis de Demográficas						
População (log)	9.39	9.14	9.35	9.32	9.51	9.65
População infanto-juvenil (0-17 anos)	8.38	8.24	8.44	8.31	8.41	8.50
Razão de dependência	62.44	72.82	69.90	61.96	55.34	52.16
— Variáveis de Econômicas						
PIB per capita (log)	8.61	7.97	8.21	8.63	9.03	9.24
PIB per capita de 2005 em relação a 2000	0.83	0.81	0.97	0.87	0.78	0.71
Grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais)	36.07	21.41	26.48	37.41	45.20	49.88
% PIB da Agropecuária	0.23	0.21	0.23	0.26	0.24	0.21
% PIB da Indústria	0.15	0.11	0.13	0.14	0.18	0.21
% PIB dos Serviços	0.56	0.65	0.59	0.54	0.51	0.49
% de extremamente pobres	20.73	37.58	31.86	18.51	9.65	6.03
% de pobres	41.11	63.35	56.93	40.16	26.72	18.37
% de vulneráveis a pobreza	63.94	83.15	78.02	65.04	52.43	41.03
% de crianças vulneráveis a pobreza	74.98	90.66	86.69	76.96	66.03	54.57
Índice de Gini	0.55	0.56	0.56	0.55	0.54	0.52
— Variáveis de Educação de Adultos						
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	27.60	42.37	38.48	26.85	17.90	12.37
% de 25 anos ou mais com fundamental completo	19.42	12.81	14.48	19.41	24.01	26.38
% de 25 anos ou mais com médio completo	11.52	7.62	8.67	11.61	14.41	15.30
% de crianças em dom. em que ninguém tem fund.	61.99	73.99	71.23	61.67	53.87	49.17
% de pessoas em dom. em que ninguém tem fund.	56.77	68.80	65.95	56.10	48.71	44.29
— Variáveis de Educação de Jovens						
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	53.30	46.10	51.44	57.18	57.57	54.19
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	7.50	9.22	9.29	7.95	6.22	4.81
Taxa de frequência líquida ao fundamental	89.79	88.35	88.33	89.24	90.84	92.21
Taxa de frequência líquida ao médio	26.65	12.49	16.70	27.02	35.40	41.66
Distorção idade-serie em 2006, no fundamental	30.78	44.82	39.90	29.51	22.25	17.42
Distorção idade-serie em 2006, no médio	47.13	66.82	59.53	45.92	35.52	27.88
IDEB anos finais	3.31	2.77	2.96	3.31	3.63	3.88
IDEB anos iniciais	3.61	2.81	3.11	3.67	4.13	4.37
IDEB fundamental	3.46	2.79	3.04	3.50	3.88	4.12
— Variáveis de Saúde						
% em domicílios com banheiro e água encanada	62.65	33.53	44.55	66.26	81.41	87.52
% de pessoas em domicílios com água e esgotamento	13.45	22.73	19.44	12.80	7.66	4.63
% da população em domicílios com coleta de lixo	79.68	64.68	69.68	81.11	89.76	93.16
Mortalidade infantil	32.77	46.98	41.91	31.22	23.50	20.25
Percentual de nascidos com baixo peso	7.22	6.47	6.88	7.35	7.77	7.62
— Outras Variáveis						
% de 18 anos ou mais sem fund. e ocupação informal	64.93	77.83	73.99	64.19	56.79	51.83
% em domicílios vulneráveis e ninguém tem fund.	44.18	61.74	57.47	43.76	32.90	24.99
% 15-24, não estudam, nem trab. e são vulneráveis	19.03	24.27	23.44	20.07	16.28	11.10
% mães chefes sem fund. (filhos menores de 15)	13.60	16.07	16.51	14.30	11.63	9.49

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

Nota: A taxa de saída do CadÚnico em nível municipal é dada para proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que não são mais observados no Cadastro Único em 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

Tabela 10: Média das variáveis explicativas do modelo por quintis das variáveis dependentes “fração de encontrados em algum ano da RAIS entre 2015 e 2019”

Variáveis	Geral média	Q 1 média	Q 2 média	Q 3 média	Q 4 média	Q 5 média
– Variável Dependente						
Apareceu em ALGUM ano na RAIS 2015-2019	0.47	0.28	0.38	0.47	0.56	0.65
Achado na RAIS 2015	0.30	0.15	0.22	0.29	0.38	0.47
Achado na RAIS 2019	0.34	0.19	0.26	0.34	0.42	0.50
Apareceu em TODOS os anos na RAIS 2015-2019	0.17	0.07	0.11	0.16	0.22	0.29
– Variável de Gestão						
Cobertura do Censo para idades entre 7 a 16 anos	1.05	0.77	0.86	0.99	1.25	1.39
– Variáveis de Demográficas						
População (log)	9.39	9.48	9.40	9.35	9.37	9.37
População infanto-juvenil (0-17 anos)	8.38	8.60	8.48	8.34	8.26	8.22
Razão de dependência	62.44	75.70	69.06	60.76	54.37	52.29
– Variáveis de Econômicas						
PIB per capita (log)	8.61	7.94	8.15	8.68	9.06	9.24
PIB per capita de 2005 em relação a 2000	0.83	0.86	0.93	0.92	0.77	0.67
Grau de formalização dos ocupados (18 anos ou mais)	36.07	18.76	24.92	37.15	47.15	52.40
% PIB da Agropecuária	0.23	0.22	0.22	0.25	0.24	0.22
% PIB da Indústria	0.15	0.10	0.12	0.15	0.18	0.21
% PIB dos Serviços	0.56	0.64	0.61	0.54	0.51	0.49
% de extremamente pobres	20.73	38.69	33.21	17.95	8.16	5.62
% de pobres	41.11	64.41	58.71	39.63	24.40	18.37
% de vulneráveis a pobreza	63.94	83.50	79.39	64.31	50.39	42.10
% de crianças vulneráveis a pobreza	74.98	90.51	87.81	76.07	64.49	56.04
Índice de Gini	0.55	0.57	0.56	0.55	0.54	0.51
– Variáveis de Educação de Adultos						
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	27.60	43.01	39.48	25.44	16.83	13.22
% de 25 anos ou mais com fundamental completo	19.42	12.63	14.22	19.77	24.53	25.94
% de 25 anos ou mais com médio completo	11.52	7.36	8.57	11.78	14.73	15.18
% de crianças em dom em que ninguém tem fund.	61.99	75.39	72.47	61.45	52.02	48.59
% de pessoas em dom em que ninguém tem fund.	56.77	70.40	67.02	56.04	46.84	43.53
– Variáveis de Educação de Jovens						
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	53.30	49.61	49.87	58.07	56.72	52.22
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	7.50	11.30	9.07	7.64	5.23	4.25
Taxa de frequência líquida ao fundamental	89.79	86.42	88.53	89.46	91.69	92.87
Taxa de frequência líquida ao médio	26.65	10.79	14.24	25.74	38.48	44.01
Distorção idade-série em 2006, no fundamental	30.78	46.44	41.53	29.51	20.11	16.31
Distorção idade-série em 2006, no médio	47.13	68.41	62.08	45.84	32.84	26.37
IDEB anos finais	3.31	2.78	2.85	3.33	3.70	3.91
IDEB anos iniciais	3.61	2.74	3.00	3.69	4.22	4.46
IDEB fundamental	3.46	2.76	2.92	3.50	3.96	4.17
– Variáveis de Saúde						
% em domicílios com banheiro e água encanada	62.65	28.88	42.01	66.65	85.48	90.25
% de pessoas em domicílios com água e esgotamento	13.45	27.15	18.77	12.51	5.67	3.15
% da população em domicílios com coleta de lixo	79.68	60.51	69.69	81.42	92.35	94.43
Mortalidade infantil	32.77	47.34	43.62	30.54	22.39	19.97
percentual de nascidos com baixo peso	7.22	6.40	6.60	7.42	7.76	7.91
– Outras Variáveis						
% de 18 anos ou mais sem fund. e ocupação informal	64.93	79.19	75.20	64.31	55.10	50.81
% em domicílios vulneráveis e ninguém tem fund.	44.18	63.29	58.77	43.16	30.70	24.94
% 15-24, não estudam, nem trab. e são vulneráveis	19.03	24.62	23.69	19.88	15.30	11.67
% mães chefes sem fund. (filhos menores de 15)	13.60	16.74	16.27	14.48	11.09	9.40

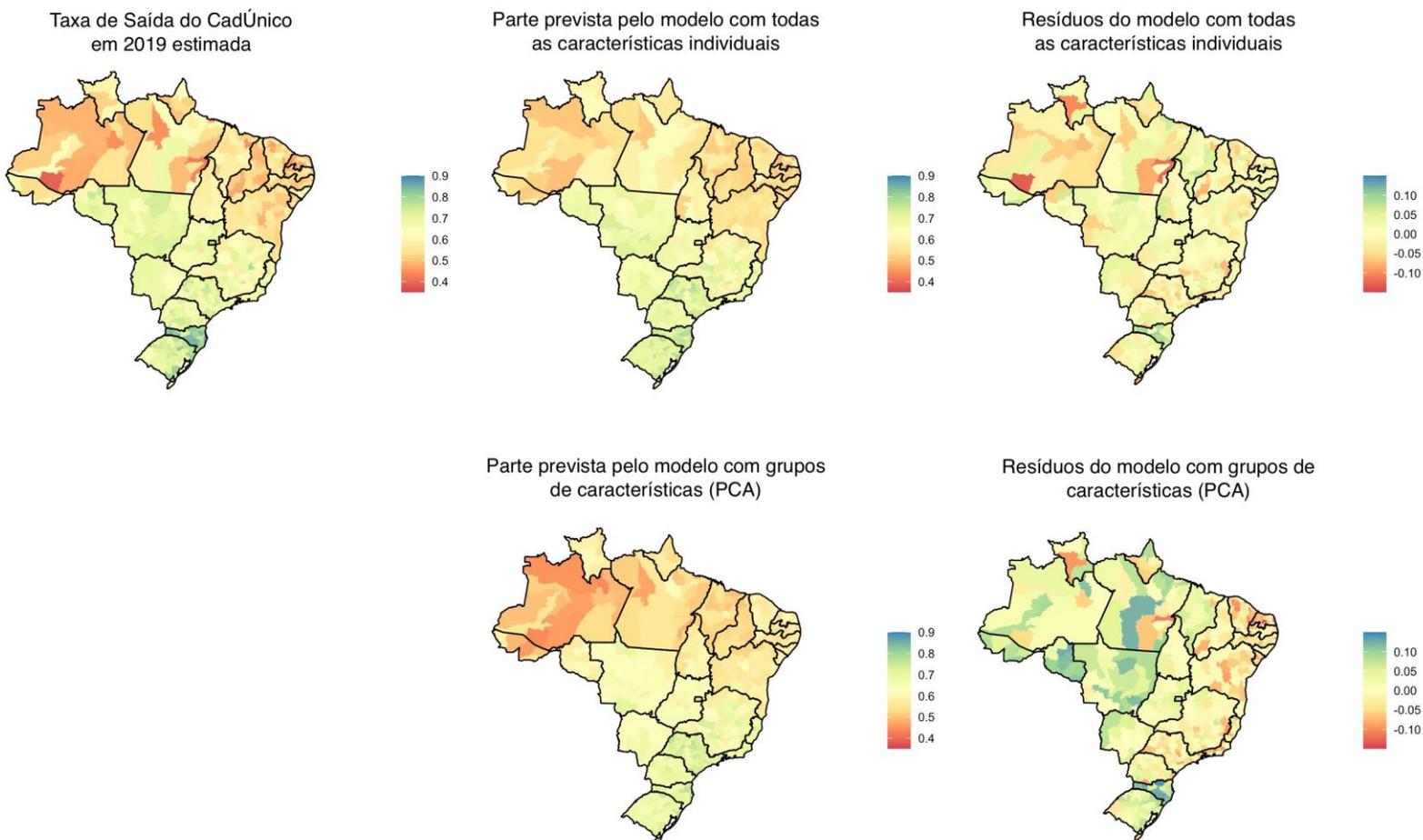
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A taxa de encontrados na RAIS em nível municipal é dada pela proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que foram observados por três anos ou mais na RAIS entre os anos de 2015 e 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados.

indicadores socioeconômicos locais.

No entanto, os mapas apresentam uma informação adicional. Há para uma significativa parcela dos municípios fatores não observáveis, os resíduos, que ajudam a explicar os resultados observados. Isso significa que há ainda fatores determinantes da taxa de mobilidade social dos indivíduos que as características municipais listadas e fixas no tempo não são capazes de explicar. A existência de características dos municípios que mudaram ao longo do período analisado poderiam explicar tais diferenças observadas. Como exemplos, choques positivos de renda municipal associados à exploração de petróleo ou choques negativos associados a ocorrência de desastres naturais.

Figura 21: Decomposição (previsto *versus* resíduos) da probabilidade de estar fora do CadÚnico em 2019 em nível municipal



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

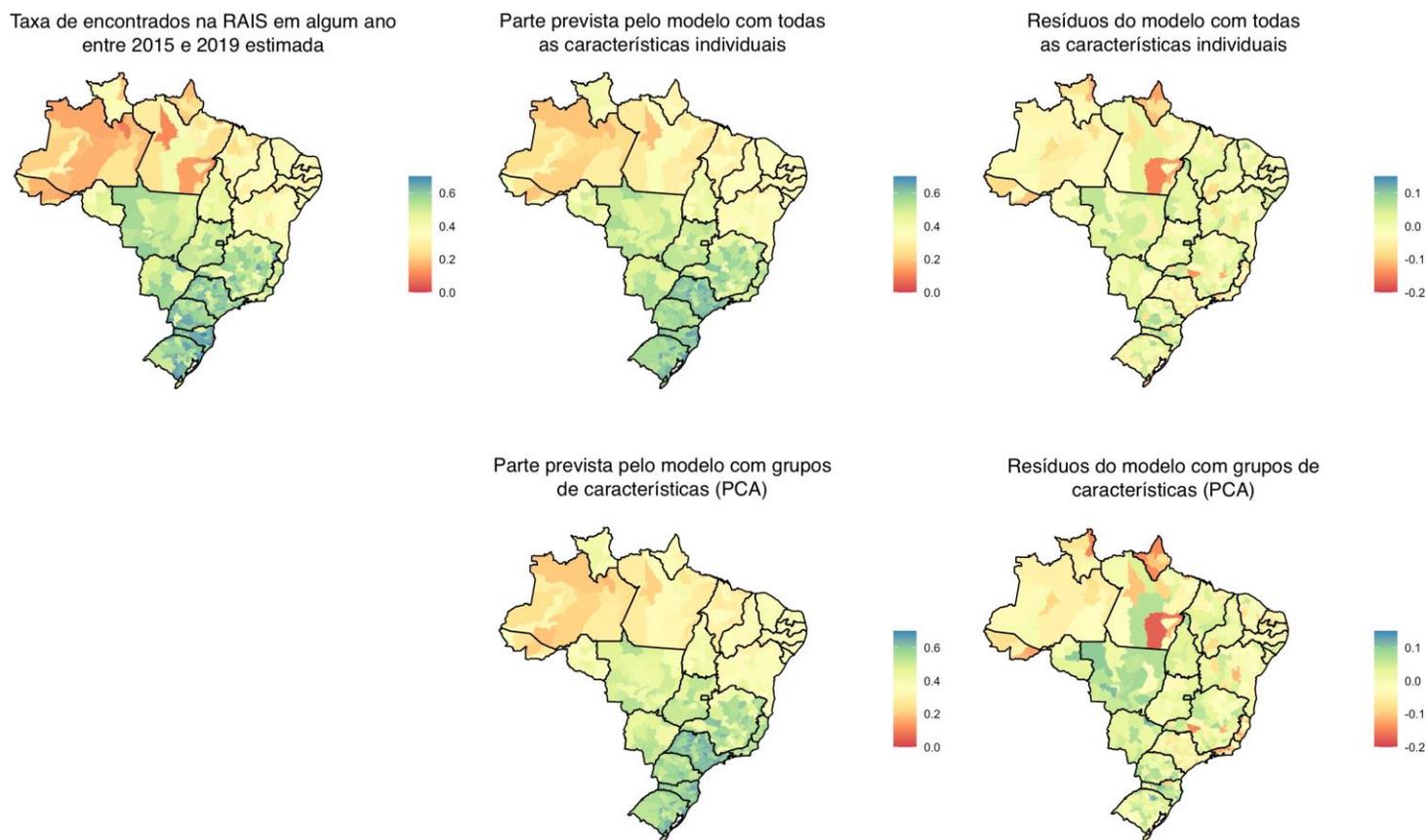
Nota: A taxa de saída do CadÚnico em nível municipal é dada para proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que não são mais observados no Cadastro Único em 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados. Para facilitar a visualização dos resultados os mapas agregam as informações municipais por microrregiões. Os mapas superiores utilizam todas as variáveis listadas anteriormente como características dos municípios; os inferiores utilizam uma Análise de Componentes Principais (PCA), na qual incluímos o PCA de cada grupo como variável explicativa do modelo apenas.

9.4 *Entrada no mercado formal de trabalho Prevista e Residual*

De forma similar ao disposto na seção anterior, a Figura 22 apresenta as informações da Tabela 10 em mapas do território brasileiro. Observamos como as características dos municípios ajudam a explicar a fração de indivíduos do grupo de interesse que acessaram o mercado formal de trabalho em algum momento entre os anos de 2015 a 2019 em nível municipal. Novamente, podemos observar significativa heterogeneidade entre as regiões do Brasil. Enquanto maiores taxas desse indicador sugestivo de mobilidade são observadas por municípios das regiões centro-sul do país, que podem ser previstas por melhores indicadores de socioeconômicos locais, aqueles das regiões Norte e Nordeste apresentam menores taxas de mobilidade social, previstas por piores indicadores locais.

A análise dos resíduos também se demonstra relevante para esse indicador, pois há em uma significativa parcela dos municípios fatores não observáveis que ajudam a explicar os resultados observados. Além de características locais que mudaram ao longo do tempo, destacamos, como sugerido por Oliveira and Chagas (2018), a ocorrência de fluxos migratórios entre indivíduos de diferentes municípios e regiões, que podem estar associados ao indicativo de mobilidade social encontrado.

Figura 22: Decomposição (previsto vs resíduos) da probabilidade de estar no mercado formal de trabalho (RAIS) em algum ano entre 2015 e 2019 em nível municipal



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: A taxa de encontrados na RAIS em nível municipal é dada pela proporção de beneficiários dependentes com idade entre 7 e 16 anos em 2005 que foram observados por três anos ou mais na RAIS entre os anos de 2015 e 2019. Municípios com menos de 100 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 foram desconsiderados para que os resultados não sejam distorcidos pelas estatísticas desses municípios e para garantir maior robustez na análise dos dados. Para facilitar a visualização dos resultados os mapas agregam as informações municipais por microrregiões. Os mapas superiores utilizam todas as variáveis listadas anteriormente como características dos municípios; os inferiores utilizam uma Análise de Componentes Principais (PCA), na qual incluímos o PCA de cada grupo como variável explicativa do modelo apenas.

10 O papel da migração

Como pudemos observar nas seções anteriores, há fatores não observáveis nos modelos de determinantes municipais de mobilidade social (resíduos) que são responsáveis por explicar significativas diferenças entre os municípios. Nesta seção, estimamos o papel da migração dos indivíduos nesses indicadores em nível dos municípios, tendo como referência o trabalho de Oliveira and Chagas (2018).

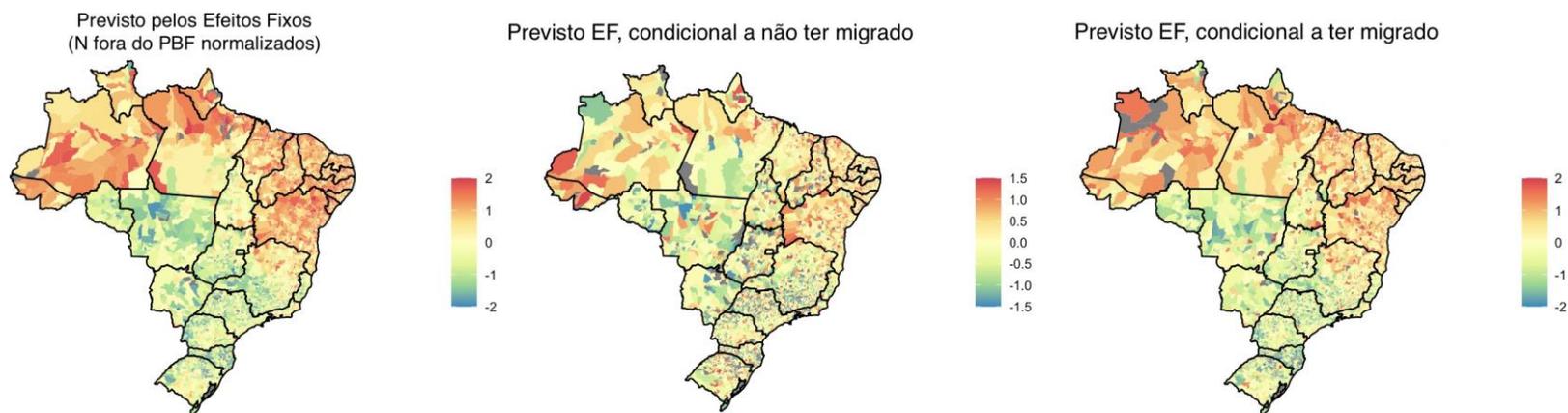
Realizamos a análise de migração em duas etapas. Primeiro, partimos das informações dos titulares dos beneficiários do PBF que constavam nos anos de 2005 e 2012. Desses indivíduos, alguns foram observados em outro município em 2012 - nosso indicador de migração. Podemos, assim, observar dois grupos: os que migraram entre 2005 e 2012, ou seja, constam na folha de pagamento do PBF de municípios distintos entre os anos; e os que não migraram entre 2005 e 2012, permaneceram na folha de pagamento de um mesmo município. A partir desses grupos, estimam-se dois modelos econométricos: i) condicional a Não Migração, regredimos a probabilidade de estar fora do PBF em 2018 contra os Efeitos Fixos de Município; (ii) condicional a Migração, regredimos a probabilidade de estar fora do PBF em 2018 contra os Efeitos Fixos de Município Origem e Município de Destino. A primeira análise nos permite observar o quanto as características locais de um mesmo município, de fato, afetaram a probabilidade de mobilidade social sugerida pelo indicador saída da folha do PBF. A segunda análise já nos permite observar o quanto as características dos municípios de origem e de destino da migração se diferenciam em serem responsáveis por explicar as variações do indicador sugestivo de mobilidade social.

De maneira similar, analisamos o quanto as migrações podem explicar diferenças salariais dos indivíduos ao longo do tempo. Partimos dos indivíduos que constavam no CadÚnico no ano de 2018, com idade entre 18 e 65 anos de idade e que estavam trabalhando na semana da pesquisa. Desses indivíduos, alguns nasceram no próprio município e outros não - nosso segundo indicador de migração. Novamente podemos observar dois grupos: os que migraram, ou seja, constam na folha de pagamento do PBF de um município diferente ao de nascimento; e os que não migraram, permaneceram na folha de pagamento do mesmo município de nascimento. A partir desses grupos, estimam-se dois modelos econométricos: (i) condicional a Não Migração, regredimos log da remuneração do salário principal contra os Efeitos Fixos de Município; (ii) condicional a Migração, regredimos log da remuneração do salário principal contra os Efeitos Fixos de Município Origem (onde nasceu) e Município de Destino (onde reside). Essa análise nos permite observar o quanto as características dos municípios fixas no tempo são responsáveis por explicar as variações dos salários dos indivíduos, condicional a terem migrado ou não; assim, os diferenciais entre municípios de origem e destino da migração.

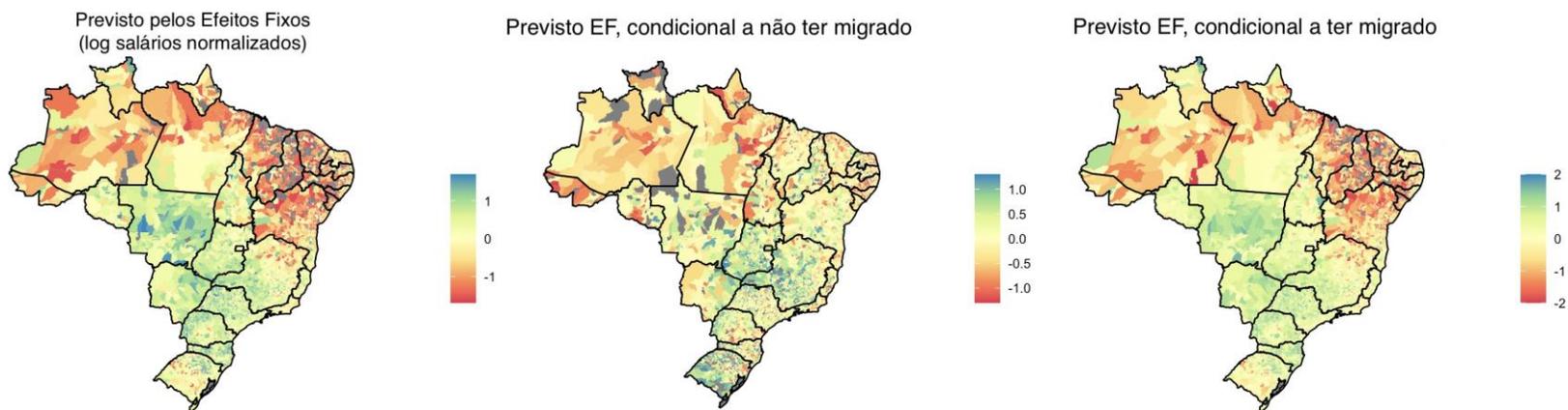
Os mapas apresentados na Figura 23 mostram os efeitos fixos estimados com coeficientes normalizados. Podemos observar que novamente municípios das regiões Norte e Nordeste, com piores indicadores socioeconômicos, representaram, em média, salários menores e maior taxa de indivíduos dependentes de programas sociais no futuro. A análise de indivíduos que não migraram indicam maior heterogeneidade das características locais em explicarem as diferenças observadas dos indica-

dores, um tanto relacionada à aleatoriedade do município onde um indivíduo nasce. Já as decisões de migração levam os indivíduos, na média, a lugares de melhores possibilidades de salário e de não constar como beneficiários de programas sociais; condizente com a ideia de que os indivíduos migram, na maioria das vezes, com o intuito de ter melhores oportunidades socioeconômicas. Podemos concluir que decisões de migração podem representar significativas melhoras socioeconômicas, mesmo para os beneficiários do PBF.

Figura 23: Análise da parcela explicada pelas características fixas dos municípios para os beneficiários de 2005 estarem fora do PBF em 2018 e o Condicional a Não Migração, a probabilidade de estar fora do PBF em 2018 contra os Efeitos Fixos de Município



(a) Probabilidade de estar fora do PBF em 2018 - Parcela prevista pelos Efeitos Fixos de Municípios



(b) Log da remuneração do trabalho principal - Parcela prevista pelos Efeitos Fixos de Municípios

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

11 Conclusão

As análises realizadas nesta pesquisa nos permitem concluir que uma significativa parcela dos beneficiários dependentes do PBF apresentaram indicadores sugestivos de mobilidade social mais de uma década após começarem a participar do programa. Observamos que 64% desses beneficiários dependentes em 2005 encontravam-se fora do Cadastro Único em 2019. Ainda vemos que 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019.

Adicionalmente, avaliamos a qualidade do emprego formal ao qual esse grupo se insere, quando comparado com a média de não beneficiários do PBF no período. Apesar de apresentarem condições de emprego menos vantajosas, os beneficiários do PBF em 2005 que acessaram o mercado formal de trabalho entre 2015 e 2019 certamente estavam em situação socioeconômica melhor do que a de pobreza e extrema pobreza quando em sua infância e juventude.

A partir dessas análises, estimamos o quanto características dos municípios e regiões brasileiras se associam à sugerida mobilidade social observada. Os resultados sugerem grandes diferenças entre as regiões do Brasil, sendo a região Nordeste a que apresenta menor indicativo de mobilidade. Em consonância, observamos que melhores estruturas de saúde e educação são importantes fatores para maior mobilidade social dos indivíduos nos municípios.

Ainda observamos o papel da migração para locais de melhores indicadores socioeconômicos desses grupos. Podemos observar que decisões de migração podem representar significativas melhoras socioeconômicas, mesmo para os beneficiários do PBF. No entanto, é de grande relevância também entender como as decisões de migração se relacionam com o fato de os indivíduos serem beneficiários ou não de programas sociais, tanto antes quanto após as migrações, análise essa que será futuramente explorada por este projeto de pesquisa.

Referências

- Andrews, C., A. de Montesquiou, I. Arevalo Sanchez, P. V. Dutta, B. V. Paul, S. Samaranyake, J. Heisey, T. Clay, and S. Chaudhary (2021): *The State of Economic Inclusion Report 2021: The Potential to Scale*, Washington, DC: World Bank.
- Araujo, M. C. and K. Macours (2021): “Education, Income and Mobility: Experimental Impacts of Childhood Exposure to Progresa after 20 Years,” PSE Working Papers halshs-03364972, PSE - HAL.
- Bastagli, F., J. Hagen-Zanker, L. Harman, V. Barca, G. Sturge, and T. Schmidt (2019): “The Impact of Cash Transfers: A Review of the Evidence from Low- and Middle-income Countries,” *Journal of Social Policy*, 48, 569–594.
- Brasil (2001): *Decreto nº3.877, de 24 de julho de 2001*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- (2003): *Medida Provisória nº132, de 20 de outubro de 2003*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- (2004a): *Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- (2004b): *Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- (2011): *Portaria nº177, de 16 de junho de 2011 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- (2018): *Decreto nº9.396, de 30 de maio de 2018*, Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- Britto, D., A. de Andrade Fonseca, P. Pinotti, B. Sampaio, and L. Warwar (2022): “Intergenerational Mobility in the Land of Inequality,” Research Paper 2022-186, BAFFI CAREFIN Centre.
- Campello, T. and M. C. Neri, eds. (2013): *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Card, D. and D. R. Hyslop (2005): “Estimating the Effects of a Time-Limited Earnings Subsidy for Welfare-Leavers,” *Econometrica*, 73, 1723–1770.
- Chay, K., H. Hoynes, and D. Hyslop (1999): “A Non-Experimental Analysis of True State Dependence in Monthly Welfare Participation Sequences,” *American Statistical Association*, 9–17.

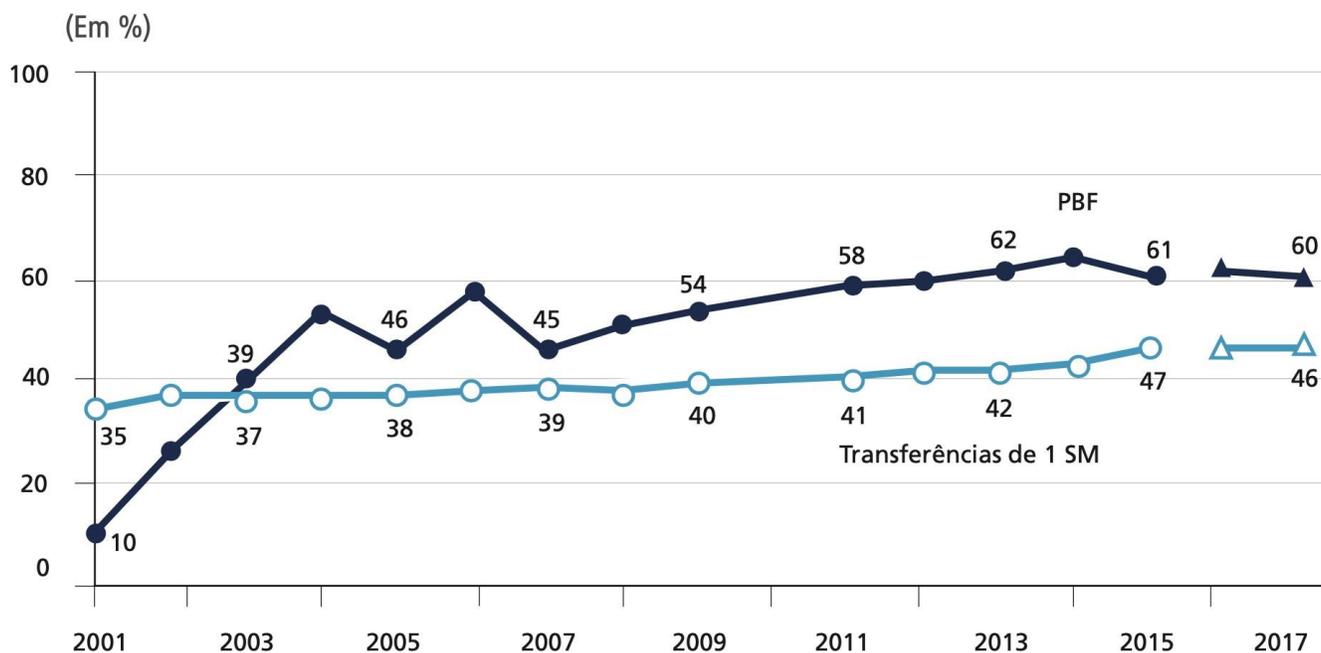
- Fietz, K. M., T. Falcao Silva, M. C. Steta Gandara, and M. Morgandi (2021): “Equilibrando estabilidade e transição: Primeira avaliação da Regra de Permanência no Programa Bolsa Família,” Nota Técnica 162843, Banco Mundial, Washington, D.C.
- Fiszbein, A., N. Schady, F. H. Ferreira, M. Grosh, N. Keleher, P. Olinto, and E. Skoufias (2009): *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*, World Bank Policy Research Report, Washington, DC: World Bank.
- García, S. and J. Saavedra (2022): “Conditional Cash Transfers for Education,” Working Paper 29758, National Bureau of Economic Research.
- Gertler, P. J., S. W. Martinez, and M. Rubio-Codina (2012): “Investing Cash Transfers to Raise Long-Term Living Standards,” *American Economic Journal: Applied Economics*, 4, 164–192.
- Millán, T. M., T. Barham, K. Macours, J. A. Maluccio, and M. Stampini (2019): “Long-Term Impacts of Conditional Cash Transfers: Review of the Evidence,” *The World Bank Research Observer*, 34, 119–159.
- Nurkse, R. (1953): *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, New York: Oxford University Press.
- Oliveira, G. d. and A. Chagas (2018): “Effects of a cash transfer programme on origin-destination migration flows,” *Regional Science Policy & Practice*, 12, 83–104.
- (2020): “Long-term Effects of Conditional Cash Transfers on Children: the Brazilian Case,” Tech. rep., Universidade de São Paulo (USP).
- Papke, L. E. and J. M. Wooldridge (1996): “Econometric methods for fractional response variables with an application to 401(k) plan participation rates,” *Journal of Applied Econometrics*, 11, 619–632.
- Sandberg, J. (2012): “Conditional Cash Transfers and Social Mobility: The Role of Asymmetric Structures and Segmentation Processes,” *Development and Change*, 43, 1337–1359.
- Silva, T. F., ed. (2018): *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*, Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- Soares, S., R. Guerreiro Osório, F. Veras Soares, M. Medeiros, and E. Zepeda (2009): “Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts upon inequality,” *Estudios Económicos*, 207–224.
- Souza, P. H. G. F. d., R. G. Osorio, L. H. Paiva, and S. S. D. Soares (2019): *Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*, Texto para Discussão (TD) 2499, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Torgovitsky, A. (2019): “Nonparametric Inference on State Dependence in Unemployment,” *Econometrica*, 87, 1475–1505.

Walque, D. d., L. Fernald, P. Gertler, and M. Hidrobo (2017): *Cash Transfers and Child and Adolescent Development*, Washington, DC: World Bank, chap. 23, 325–342.

A Tabelas e Gráficos Adicionais

Figura 24: Cobertura do PBF e das transferências de um salário mínimo (Previdência e BPC) entre os 20% mais pobres pelas PNADs (2001-2017)



Fonte: Adaptado de Souza et al. (2019), gráfico 3, página 15. Elaborado a partir dos dados das PNADs (2001-2015), PNADs Contínuas (2016-2017).

Nota: Informações da PNAD incluem os programas predecessores do PBF e excluem as áreas rurais dos estados da região Norte (exceto Tocantins) até 2003. A população entre os 20% mais pobres foram definidos a partir da renda domiciliar por pessoa líquida de cada benefício.

Figura 25: Famílias beneficiárias do PBF nos registros administrativos e nas PNADs (2001-2017)



Fonte: Adaptado de Souza et al. (2019), gráfico 1, página 11. Elaborado a partir dos dados das PNADs (2001-2015), PNADs Contínuas (2016-2017) e dados da Matriz de Informações Sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MCidadania).

Nota: Informações da PNAD incluem os programas predecessores do PBF e excluem as áreas rurais dos estados da região Norte (exceto Tocantins) até 2003. Informações dos registros administrativos incluem somente o PBF e são referentes a setembro (2001-2015) e junho (2016-2017).

Tabela 11: Distribuição de famílias/domicílios de acordo com a situação cadastral

Famílias	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Núm. de Obs.	53.187.644	48.770.064	44.112.029	40.015.875	37.612.900	35.439.014	32.897.119	30.243.128
Número de observações por código de estado cadastral (cod_es _cadastral_fam)								
em cadastramento	13.663	42.970	53.378	19.001	21.474	30.052	42.670	31.483
sem registro civil	951	1.368	2.197	3.200	2.921	2.579	1.915	1.410
cadastrado	28.884.068	26.913.965	26.950.657	26.457.577	27.326.122	29.172.487	27.200.920	25.069.565
excluído	24.288.962	21.811.761	17.105.797	13.536.097	10.262.383	6.233.896	5.651.614	5.140.670

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

Tabela 12: Distribuição de pessoas de acordo com situação cadastral

Pessoas	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Número de Observações	175.995.622	165.016.862	153.645.158	143.935.709	136.994.748	130.429.631	123.179.294	115.543.894
<i>Número de observações por código de estado cadastral (cod_est_cadastral_memb)</i>								
em cadastramento	21.344	57.641	70.109	28.182	39.751	41.850	64.146	44.659
sem registro civil	8.997	11.678	18.794	26.150	31.310	30.985	23.474	13.384
cadastrado	76.415.223	73.570.482	76.464.300	77.829.966	80.793.612	88.181.943	84.291.806	81.296.980
excluído	99.118.459	90.957.954	76.731.894	66.002.780	55.969.699	41.979.054	37.949.178	34.083.210
aguardando atribuição nis	2.141	64.957	75.444	48.630	56.600	38.418	19.617	9.425
aguardando alteração de caracterização	0	0	0	0	103.775	157.376	768.224	66.185

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, do Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social.

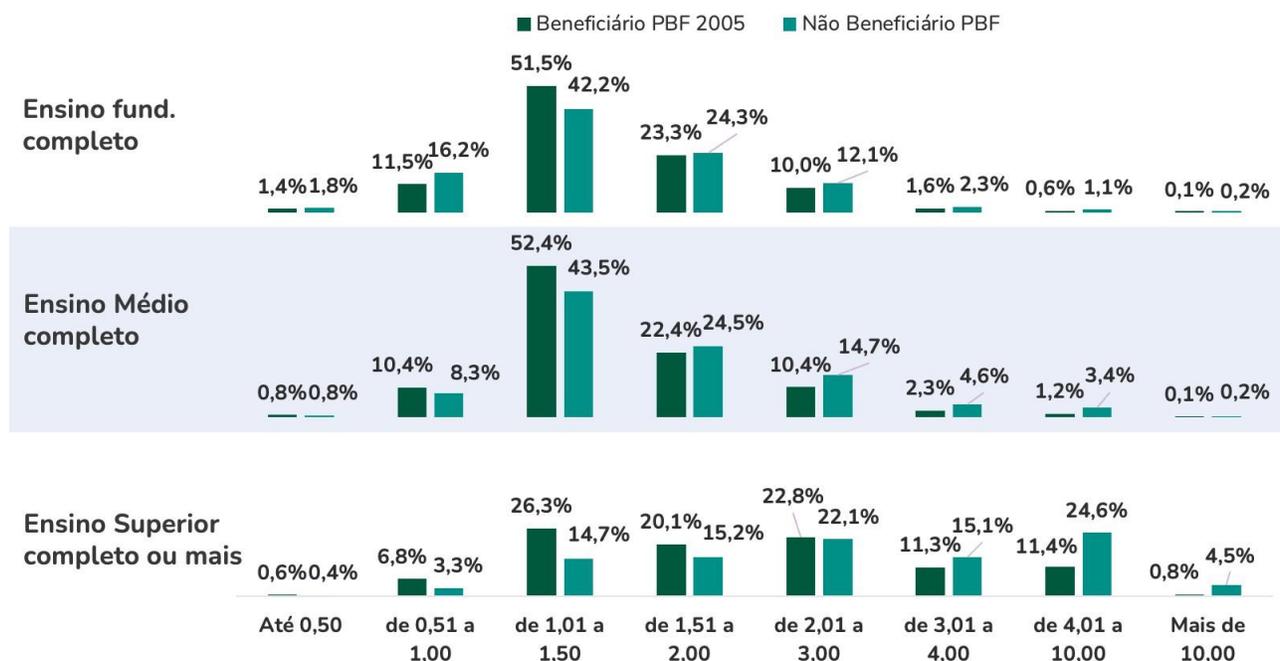
Tabela 13: Metodologia de definição do porte das empresas por setor econômico

Porte	Setor de Indústria (i)	Comércio e Serviços (ii)
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: Elaboração própria, com base na metodologia de definição do porte de empresas por setor de atividade econômica apresentada no Anuário do trabalho na micro e pequena empresa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do ano de 2013.

Nota: (i) As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor da construção; (ii) O setor de serviços não inclui administração pública e serviço doméstico. Ainda foram excluídas divisões relacionadas à agropecuária, devido ao fato de este setor encontrar-se sub-representado na Rais, conforme indicado pelo SEBRAE.

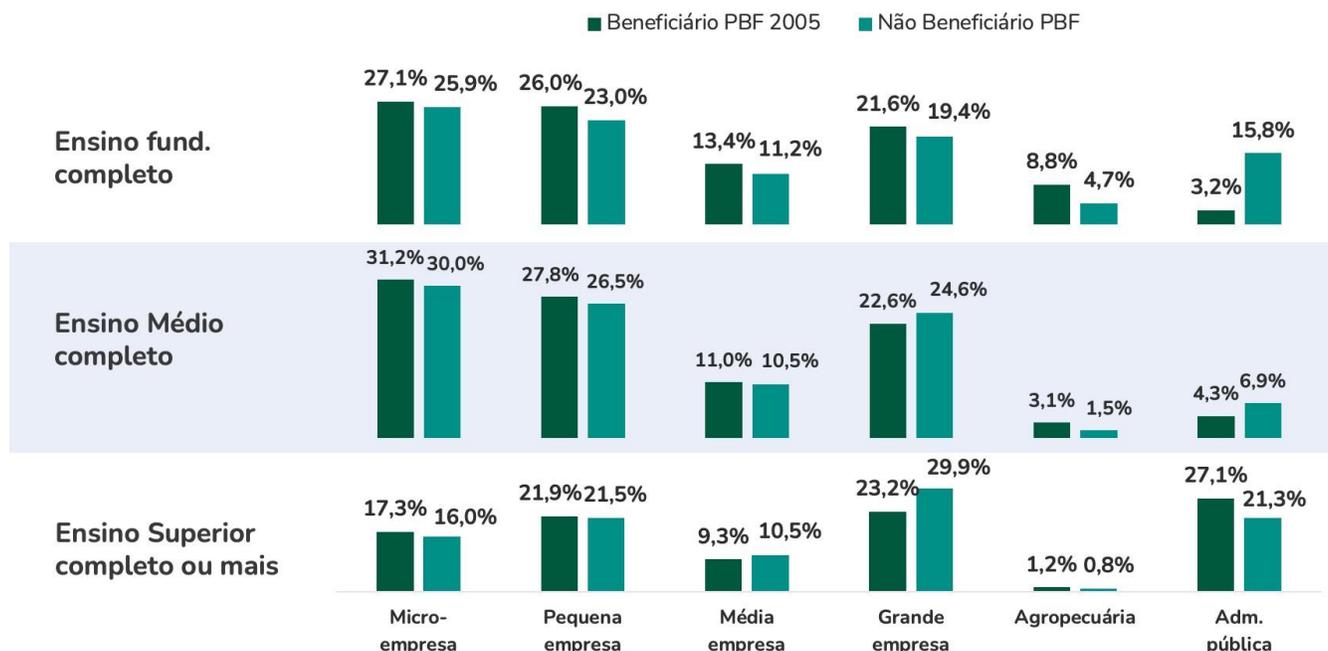
Figura 26: Comparação entre os níveis de remuneração dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 - por nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: Os valores monetários tiveram como base o ano de 2019. O valor do salário mínimo nacional em 2019 era de R\$ 998,00.

Figura 27: Comparação entre o porte da empresa empregadora por setor de atividade econômica dos beneficiários dependentes do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 - por nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo Ministério da Cidadania/do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Nota: As categorias de porte correspondem aos setores de comércio, indústria e serviços da atividade econômica, foi utilizada como referência a metodologia apresentada no Anuário do trabalho na micro e pequena empresa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do ano de 2013. A atividade de serviços domésticos não foi apresentada na visualização por ser residual: 358 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos e 548 não beneficiários da mesma faixa etária estavam nessa atividade.

Tabela 14: Dicionário de variáveis - Dados PNUD

Variável	Nome longo
codmun7	Código do Município
espvida	Esperança de vida ao nascer
fectot	Taxa de fecundidade total
mort1	Mortalidade até um ano de idade
mort5	Mortalidade até cinco anos de idade
razdep	Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos
sobre40	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos
sobre60	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
t_env	Taxa de envelhecimento
e_anoestudo	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade
t_analf11a14	Taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade
t_analf15a17	Taxa de analfabetismo da população de 15 a 17 anos de idade
t_analf15m	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
t_analf18a24	Taxa de analfabetismo da população de 18 a 24 anos de idade
t_analf18m	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade
t_analf25a29	Taxa de analfabetismo da população de 25 a 29 anos de idade
t_analf25m	Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade
t_atraso_o_basico	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que não tem atraso idade-série.
t_atraso_o_fund	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que não tem atraso idade-série.
t_atraso_o_med	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que não tem atraso idade-série.
t_atraso_1_basico	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que tem 1 ano de atraso idade-série.
t_atraso_1_fund	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que tem 1 ano de atraso idade-série.
t_atraso_1_med	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que tem 1 ano de atraso idade-série.
t_atraso_2_basico	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.
t_atraso_2_fund	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.
t_atraso_2_med	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que tem 2 anos de atraso idade-série.
t_fbbas	Taxa de frequência bruta ao ensino básico
t_fbfund	Taxa de frequência bruta ao ensino fundamental
t_fbmed	Taxa de frequência bruta ao ensino médio
t_fbpre	Taxa de frequência bruta à pré-escola
t_fbsuper	Taxa de frequência bruta ao ensino superior
t_flbas	Taxa de frequência líquida ao ensino básico
t_flfund	Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental
t_flmed	Taxa de frequência líquida ao ensino médio
t_flpre	Taxa de frequência líquida à pré-escola
t_flsuper	Taxa de frequência líquida ao ensino superior
t_freq0a3	Taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos de idade
t_freq11a14	Taxa de atendimento escolar da população de 11 a 14 anos de idade
t_freq15a17	Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos de idade
t_freq18a24	Taxa de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos de idade
t_freq25a29	Taxa de atendimento escolar da população de 25 a 29 anos de idade
t_freq4a5	Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 5 anos de idade
t_freq4a6	Percentual da população de 4 a 6 anos de idade frequentando a escola
t_freq5a6	Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola
t_freq6	Taxa de atendimento escolar da população de 6 anos de idade
t_freq6a14	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos de idade
t_freq6a17	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 17 anos de idade
t_freqfund1517	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino fundamental
t_freqfund1824	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade frequentando o ensino fundamental
t_freqfund45	Percentual da população de 4 a 5 anos de idade frequentando o ensino fundamental

t_freqmed1824	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade frequentando o ensino médio
t_freqmed614	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino médio
t_freqsuper1517	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino superior
t_fund11a13	Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental
t_fund12a14	Percentual da população de 12 a 14 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental
t_fund15a17	Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo
t_fund16a18	Percentual da população de 16 a 18 anos de idade com o ensino fundamental completo
t_fund18a24	Percentual da população de 18 a 24 anos com fundamental completo
t_fund18m	Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo
t_fund25m	Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo
t_med18a20	Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo
t_med18a24	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo
t_med18m	Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo
t_med19a21	Percentual da população de 19 a 21 anos de idade com o ensino médio completo
t_med25m	Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino médio incompleto
t_super25m	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo
gini	Índice de Gini
pind	Proporção de extremamente pobres
pindcri	Proporção de crianças extremamente pobres
pmpob	Proporção de pobres
pmpobcri	Proporção de crianças pobres
ppob	Proporção de vulneráveis à pobreza
ppobcri	Proporção de crianças vulneráveis à pobreza
prentiab	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho
rdpc	Renda per capita média
rind	Renda domiciliar per capita média dos extremamente pobres
rmpob	Renda domiciliar per capita média dos pobres
rpob	Renda domiciliar per capita média dos vulneráveis à pobreza
theil	Índice de Theil - L
cpr	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores por conta própria.
emp	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregadores
p_agro	Percentual dos ocupados no setor agropecuário
p_com	Percentual dos ocupados no setor comércio
p_constr	Percentual dos ocupados no setor de construção
p_extr	Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral
p_formal	Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas
p_fund	Percentual dos ocupados com fundamental completo
p_med	Percentual dos ocupados com médio completo
p_serv	Percentual dos ocupados no setor serviços
p_siup	Percentual dos ocupados nos setores de serviços industriais de utilidade pública
p_super	Percentual dos ocupados com superior completo
p_transf	Percentual dos ocupados na indústria de transformação
t_ativ	Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade
t_ativ1014	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade
t_ativ1517	Taxa de atividade das pessoas de 15 a 17 anos de idade
t_ativ1824	Taxa de atividade das pessoas de 18 a 24 anos de idade
t_ativ18m	Taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade
t_ativ2529	Taxa de atividade das pessoas de 25 a 29 anos de idade
t_des	Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade
t_des1014	Taxa de desocupação da população de 10 a 14 anos de idade
t_des1517	Taxa de desocupação da população de 15 a 17 anos de idade
t_des1824	Taxa de desocupação da população de 18 a 24 anos de idade
t_des18m	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade

t_des2529	Taxa de desocupação da população de 25 a 29 anos de idade
theilrab	Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho
trabcc	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados com carteira
trabpub	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores do setor público.
trabsc	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados sem carteira
t_agua	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada
t_banagua	Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada
t_dens	Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório
t_lixo	Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo
t_luz	Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica
agua_esgoto	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
parede	% de pessoas em domicílios com paredes que não sejam de alvenaria ou madeira aparelhada
t_crifundin_todos	% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.
t_fora4a5	% de crianças de 4 a 5 anos que não frequenta a escola
t_fora6a14	% de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola
t_fundin_todos	% pessoas que vivem em domicílios em que nenhum morador tem o ensino fundamental completo.
t_fund_todos	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.
t_fundin18minf	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
t_m10a14cf	Percentual de mulheres de 10 a 14 anos de idade que tiveram filhos
t_m15a17cf	Percentual de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos
t_mulchefeifo14	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade
nest_ntrab	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.
t_ocupdesloc_1	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho
t_rmaxidoso	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos
t_sluz	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica
t_pea18m	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade
t_urb	População urbana
pop	População total que reside em domicílios particulares permanentes
i_escolaridade	Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação
i_freq_prop	Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação
idhm	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
idhm_e	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação
idhm_l	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade
idhm_r	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda

Fonte: Elaboração própria, a partir do Dicionário de variáveis disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nota: Disponível em: https://www.dropbox.com/scl/fi/0po5ao0qvz004r0861363/dicionario_PNUd.xlsx?dl=0&rlkey=v1vs2129y4aq1a7js4kml24t9.